



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO – UAD

JOSÉ FRANCISCO DE ABREU

ANÁLISE QUANTITATIVA DA ARRECADAÇÃO DO ISSQN NO MUNICÍPIO DE
MARIZÓPOLIS DE 2011 A 2015: ESTUDO DE CASO

SOUSA
2017

JOSÉ FRANCISCO DE ABREU

ANÁLISE QUANTITATIVA DA ARRECADAÇÃO DO ISSQN NO MUNICÍPIO DE
MARIZÓPOLIS DE 2011 A 2015: ESTUDO DE CASO

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientador: Eduardo Jorge Pereira de Oliveira

SOUSA
2017

JOSÉ FRANCISCO DE ABREU

ANÁLISE QUANTITATIVA DA ARRECADAÇÃO DO ISSQN NO MUNICÍPIO DE
MARIZÓPOLIS DE 2011 A 2015: ESTUDO DE CASO

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientador: Eduardo Jorge Pereira de Oliveira

Data de aprovação: _____

Banca Examinadora:

Orientador: Eduardo Jorge Pereira de Oliveira

Examinador (a)

Examinador (a)

Dedico este trabalho monográfico a Deus Pai, criador do universo, a minha esposa, aos meus filhos, meus pais, irmãos, familiares e demais pessoas que contribuíram de forma direta e indiretamente para essa realização...

AGRADECIMENTOS

Como foi difícil chegar até esse momento especial da minha vida, foram muitas dificuldades encontradas e muita renúncia, mas quando confiamos em Deus, tudo realizado da melhor maneira possível.

Antes de optar pelo curso de Direito, eu fazia o curso de Educação do Campo no Campos de Sumé-PB, há 277 km de distancia do lugar onde moro, era um lugar muito longe e de rotas totalmente diferenciadas, sem contar com as dificuldades das estradas e dos gastos diários com o curso e também para percorrer essa distancia durante o período de 01 (um) ano.

Após esse dois períodos cursados, ingressei com um pedido de reopção de curso para a cidade de Sousa-PB, o qual, tive que entrar com um processo administrativo junto a PRE em Campina Grande para abrir oportunidades para quem quisesse ter outras opções, como a reopção de turno, a qual, fui pioneiro nesse processo e que abriu portas para os demais companheiros de estudo pudessem chegar onde cheguei, e assim a oportunidade chegou com a aprovação do processo administrativo, sendo enviado a minha transferência para o Campos de Sousa-PB e para o curso que eu tinha o sonho de realizá-lo.

E por todo esse sofrimento, por minha vontade de estudar e trabalhar ao mesmo tempo agradeço primeiramente a Ele, Deus Pai Todo poderoso, por renovar minhas forças, a cada oração que eu assim pedia e por me carregar em seus braços quando eu, por vezes, caía. Agradeço ao meu pai, que com seus 90 (noventa) anos de idade colaborou em todos os momentos dessa realização, ele que sempre me dava dinheiro para botar gasolina na minha moto, sempre que eu viajava para Sumé-PB, sempre que eu precisava tirar cópias dos trabalhos metodológicos, ele estava ali com a sua oferta, sempre me dava dinheiro para as minhas necessidades, e por isso, agradeço à Deus e sempre digo nas minhas orações que um pai igual ao meu jamais existirá na face da terra, agradeço a minha mãezinha querida, que sempre me dá força e coragem para continuar estudando mesmo depois de uma idade já avançada, ela que me dá carinhos e conselhos de que nunca devo parar de estudar e que eu sempre sou um exemplo de vida para os meus familiares.

Agradeço também a uma pessoa muito especial em minha vida, que colaborou muito com essa conclusão de curso, que é a minha esposa, a qual sempre me auxiliou em todos os momentos da minha vida, ela como professora me orientava nos trabalhos metodológicos e que sempre expressou sua opiniões que contribuíram bastante com esse momento, e, juntamente com meus 02 (dois) filhos, que sempre me perguntam no que devo orienta-los a

seguir o meu exemplo de pai e ser humano, que busco sempre o que é melhor para meus filhos.

Agradeço à minha irmã, Ana Rita, por sempre estar ao meu lado, mesmo na distância; por torcer pela minha vitória e comemorar quando alcançada; por ter me ajudado nos momentos que mais precisei e, sobretudo, por ser parte do amor de Deus para comigo e dar sentido a uma palavra linda: família.

Agradeço ao meu irmão, amigo e companheiro Laurineto, que sempre ofereceu ajuda nas horas mais difíceis e sofridas do ser humano, quero agradecer por ter acreditado que eu conseguiria. Obrigado por tentar de todas as formas me deixar feliz, leve e com um sorriso no rosto para seguir em frente.

Agradeço a minha avó Ana, que com seus 104 (cento e quatro) anos de idade também colaborou para esse momento tão especial na minha vida, obrigada por torcerem por mim, está chegando a hora de ter um neto Doutor, como o senhor sempre quis.

Agradeço ao padre Manoel, que sempre me deu forças e me colocou nas suas orações para concluir o curso de Direito e assim, poder realizar mais um sonho em minha vida, ele que sempre me levou a faculdade, e, juntamente com o Padre Paulo Henrique, que foi o autor, juntamente comigo, da ideia de surgir a reopção de turno dentro do próprio Campos, os quais me encorajaram e me deram ânimo para esse momento.

Agradeço aos meus amigos de faculdade, Heitor, Lucas, Anderson, Rosembergue e Edvan, que sempre dividiram seus espaços comigo, sempre dividíamos nossos trabalhos, seminários, provas em grupo e trabalho de pesquisa, e aos demais amigos que contribuíram de alguma forma.

Agradeço aos meus professores, em especial ao Professor Eduardo Jorge, meu orientador, o qual sempre tive uma afinidade maior, ao ilustre Anrafel (in memoriam) que Deus o guarde e brilhe para ele a Vossa luz, a Jaciara, que foi uma amiga e professora, a Paulinho, Admilson, André, Angela, Carla, Ozael e demais professores que colaboraram e transmitiram seus conhecimentos para que pudéssemos aprender e transmitir tudo aquilo que foi apresentado no decorrer do curso.

Agradeço a todos que tive o privilégio de conviver nos meus cinco anos de faculdade, muito mais do que conhecimento jurídico eu tive, com vocês, experiências de vida e de amizade. Foi gratificante ter sido recebida por pessoas maravilhosas e, sobretudo, foi gratificante dividir meus dias com todos vocês.

Enfim, Agradeço aos meus amigos de Marizópolis, que sempre conviveram comigo no meu dia a dia, aos meus ilustres eleitores, que contribuíram bastante me dando uma vitória

expressiva, sendo o vereador mais bem votado na cidade de Marizópolis-PB, pois isso foi um presente de Deus em minha vida. Quero concluir esse agradecimento dizendo que se tem uma pessoa que batalhou, estudou, trabalhou pra que esse momento acontecesse se empenhou de coração e coragem, se tem um cara que merece ser feliz e merece o Diploma de Direito, “**esse cara sou EU**”!

Essa conquista é nossa, ilustres amigos e familiares!

“Eu não troco a justiça pela soberba. Eu não deixo o direito pela força. Eu não esqueço a fraternidade pela tolerância. Eu não substituo a fé pela superstição, a realidade pelo ídolo.”

(Ruy Barbosa)

RESUMO

Este trabalho monográfico demonstra de forma quantitativa como se comportou os valores de arrecadação de um dos impostos mais relevantes para a manutenção da administração pública na esfera municipal, mais especificamente no município de Marizópolis-PB. Trata-se do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), o qual foi estudado, tanto na parte de legislação, como pela ótica de autores renomados do direito tributário, a exemplo de Eduardo Sabbag e Alexandre Mazza. Foi realizado um estudo no código tributário municipal, observando peculiaridades como: Fato gerador, base de cálculo, alíquotas, isenções e os serviços da Lei 116/2003 que o município efetivamente cobra. Objetivou-se saber qual o comportamento, em termos numéricos e em porcentagem da arrecadação do referido imposto no lapso temporal entre os anos de 2011 a 2015, visualizando se houve evolução ou involução nos resultados da arrecadação do ISSQN. Para o desenvolvimento do estudo foram utilizados dados coletados do SAGRES-PB, instrumento de controle social, o qual permite o acesso às receitas e despesas dos municípios paraibanos. A população, embora se utilize pouco das ferramentas de controle social, necessita ter estudos e demonstrações de quanto seu município arrecada com seus impostos, por isso a pesquisa aqui realizada, justifica-se demonstrando o montante, ano a ano, e ainda fazendo as devidas correlações, de crescimento ou não, da arrecadação ao longo dos anos estudados. Ao proceder o estudo, verificou-se que a arrecadação do ISSQN é bastante representativa em relação a arrecadação tributária total e que quando ela oscila todo o sistema tributário acompanha o seu ritmo, chegando a representar 47% da arrecadação tributária de Marizópolis-PB em 2013.

Palavras-chave: Imposto. Arrecadação. Marizópolis.

ABSTRACT

This monographic work demonstrates in a quantitative way how the values of collection of one of the most relevant taxes for the maintenance of the public administration in the municipal sphere, more specifically in the municipality of Marizópolis-PB, behaved. It is the Tax on Service of Any Nature (ISSQN), which has been studied, both in legislation and in the perspective of renowned authors of tax law, such as Eduardo Sabbag and Alexandre Mazza. A study was carried out in the municipal tax code, observing peculiarities such as: Generating fact, calculation basis, rates, exemptions and the services of Law 116/2003 that the municipality effectively charges. The objective was to know the behavior, in numerical terms and in percentage of the collection of said tax in the time span between the years 2011 to 2015, visualizing if there was evolution or involution in the results of the collection of the ISSQN. For the development of the study, data collected from SAGRES-PB, an instrument of social control, were used, which allows access to income and expenses of the municipalities of Paraíba. The population, although little use is made of social control tools, needs to have studies and demonstrations of how much their municipality collects with their taxes, so the research done here, is justified demonstrating the amount, year by year, and still doing the due Correlations, of growth or not, of collection over the years studied. In carrying out the study, it was verified that the collection of the ISSQN is quite representative in relation to the total tax collection and that when it oscillates the entire tax system follows its rhythm, reaching to represent 47% of the tax collection of Marizópolis-PB in 2013.

Keywords: Tax. Collection. Marizópolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Página inicial do SAGRES-PB	31
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Arrecadação do ISSQN Marizópolis-PB de 2011 a 2015.....	32
Quadro 2: Arrecadação de ISSQN x Receita Tributária Total de 2011 a 2015.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Impostos Brasileiros	21
Tabela 2 – Alíquotas do IPTU Marizópolis-PB	22

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Arrecadação de ISSQN 2011 a 2015.....	32
Gráfico 2: Arrecadação de ISSQN 2011	33
Gráfico 3: Arrecadação de ISSQN 2012	33
Gráfico 4: Arrecadação de ISSQN 2013	34
Gráfico 5: Arrecadação de ISSQN 2014	34
Gráfico 6: Arrecadação de ISSQN 2015	35
Gráfico 7: Confronto ISSQN X Receita Tributária Total	36

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal;
CTM	Código Tributário Municipal;
CTN	Código Tributário Nacional;
ICMS	Imposto sobre operações relativas á circulação de mercadorias
IE	Imposto sobre Exportação;
IGF	Imposto sobre Governo de Faculdades;
II	Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros;
IOF	Imposto sobre Operações de crédito;
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados;
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores;
IR	Imposto sobre Renda e proventos de qualquer natureza;
ISSQN	Imposto sobre serviços de qualquer natureza;
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Inter vivos;
ITCD	Imposto sobre Transição causa Mortis;
ITR	Imposto sobre a Propriedade Rural;
SAGRES	Sistema de Acompanhamento de Gestão dos Recursos da Sociedade;
TCE	Tribunal de Contas do Estado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	19
2.1 Código Tributário Nacional	20
2.1.1 Tributos	20
2.1.2 Impostos	22
2.1.2.1 - <i>Imposto Predial Territorial Urbano – (IPTU)</i>	23
2.1.2.2 - <i>Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos – (ITBI)</i>	25
2.1.2.3 - <i>Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – (ISSQN)</i>	26
2.1.3 ISSQN e o CTM de Marizópolis-PB.	27
3 CONTROLE SOCIAL	28
3.1 SAGRES-PB	29
3.2 Lei da Transparência	30
3.3 Lei de Acesso à Informação Pública	31
4 ANÁLISE QUANTITATIVA DA ARRECADAÇÃO DO ISSQN NO MUNICÍPIO DE MARIZÓPOLIS DE 2011 A 2015	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	42
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

O sistema tributário brasileiro é um dos mais onerosos do mundo, adotando uma alta e ampla carga tributária. Até recentemente adotava-se no Brasil o sistema tripartite de tributos, acomodando em seu escopo três espécies de tributos: Impostos, taxas e contribuições de melhorias. Hoje em dia já se admite a classificação tributária com cinco espécies, ou seja, pentapartite, acrescentando os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais. Uma parte da doutrina tributária no Brasil já menciona a contribuição de iluminação pública como uma sexta espécie tributária o que justificaria dizer que o sistema seria hexapartite.

Esta pesquisa monográfica traz a abordagem de uma espécie tributária específica, de competência municipal, mais precisamente no município de Marizópolis-PB. Trata-se do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN). Como objetivo geral prioriza-se a necessidade de se realizar um levantamento dos valores arrecadados anualmente desde 2011 até 2015, buscando confirmar a sua evolução ou involução, tanto numericamente como em porcentagem, e a sua representatividade diante da arrecadação tributária total do município. Para alcançar o objetivo principal, foram traçadas metas específicas às quais compreendem: Realizar um estudo do código tributário municipal de Marizópolis-PB no que se refere ao ISSQN; Efetuar a coleta de dados no Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES); Confrontar os dados e expô-los em gráficos.

A pesquisa iniciou-se com um amplo estudo do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza-ISSQN, tanto no âmbito da legislação nacional que rege este tributo, a exemplo da Constituição Federal de 1988, o Código Tributário Nacional, a Lei Complementar 116/2003, como no âmbito do ente competente pela sua cobrança, com a observação da legislação municipal Lei 095 de 2008 que trata do Código Tributário Municipal.

O próximo passo foi à coleta minuciosa dos dados, ou seja, pesquisando ano a ano e mês a mês os valores arrecadados com o ISSQN, no site do SAGRES-PB, Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade, que está *online*, na rede mundial de computadores, a disposição dos contribuintes e usuários da informação para o efetivo controle social sobre os gastos públicos. Além disso, anotou-se a arrecadação tributária total de cada ano, para realizar uma aferição de quanto é a representação, em porcentagem, de ISSQN em relação à arrecadação geral de tributos no município estudado.

Com os dados em mãos foram realizado os confrontos e adequações gráficas para uma fiel interpretação e visualização da variação das arrecadações mensais e anuais, mostrando os meses de maior e menor arrecadação e respondendo a seguinte questão problema: A arrecadação do ISSQN, nos anos de 2011 a 2015, evoluiu ou retroagiu?

A pesquisa justifica-se pelo fato de ser de suma importância entender como se comporta a arrecadação municipal do imposto estudado, visando ter dados concretos e fidedignos para possíveis implementações de ajustes tributários, benfeitorias no setor competente, revisão e melhoramento do Código Tributário Municipal, inclusão ou retirada de algum serviço em específico e ainda o planejamento e efetivação de políticas públicas.

Para uma melhor apresentação e interpretação dos dados, o trabalho foi dividido em três capítulos, sendo o primeiro o referencial teórico propriamente dito, abordando tópicos pertinentes à pesquisa: Sistema Tributário Nacional; Código Tributário Nacional; Tributos; Impostos Municipais (IPTU, ITBI, ISSQN); Código Tributário Municipal e como o Imposto sobre Serviço esta disposto no dispositivo legal municipal.

No segundo capítulo abordou-se um tema muito peculiar para a nova temática da administração pública que é o Controle Social, levando em consideração a principal fonte de pesquisa sobre dados públicos da Paraíba, o Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade - SAGRES *online*, e ainda a legislação que regulamenta a transparência e o acesso à informação, Lei 131/2009 e a 12.527/2011 respectivamente Lei da Transparência e a Lei de Acesso à informação.

No terceiro e último capítulo discorreu-se sobre a coleta e análise dos dados encontrados no SAGRES, demonstrando os resultados em quadros, tabelas e gráficos, ambos com o estudo e as interpretações pertinentes à arrecadação do ISSQN na cidade de Marizópolis-PB, entre os anos 2011 e 2015.

2 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Representa o conjunto de norma, regras, decretos, leis, códigos, resoluções, emendas à Constituição Federal e toda e qualquer normatização no tocante aos tributos no Brasil. Morais (2011, p.13) revela:

O Sistema Tributário Nacional, considerado o conjunto dos tributos e normas que regulamentam sua arrecadação, bem como o poder impositivo do Estado, é regido pela Emenda Constitucional nº 18 de 1º de dezembro de 1965, sendo regulamentado efetivamente pela Lei nº 5.172 de 1966.

O Direito Tributário é o ramo da Ciência Jurídica que estuda e regulamenta este sistema como forma de harmonizar a relação entre o Estado e o contribuinte. Mallmann (2013, p.10) discorre sobre o assunto:

O Direito Tributário é um ramo autônomo do Direito Público Interno. Porém, deve ser compreendido dentro do ordenamento não como um sistema único e indivisível, mas como parte integrante do sistema jurídico. A finalidade deste ramo do Direito é regulamentar a relação jurídica entre o Estado e o contribuinte, que tem por escopo arrecadar pecúnia aos cofres públicos, ou seja, do poder de tributar daquele e do dever de pagar deste.

O Brasil é um país essencialmente capitalista, necessitando inevitavelmente da arrecadação de tributos para a sua manutenção das atividades estatais. Hugo de Brito Machado (2010, p. 30) no seu livro Curso de Direito Tributário deixa claro: “a tributação é o instrumento de que se tem válido a economia capitalista para sobreviver. Sem ele não poderia o Estado realizar os seus fins sociais [...]”.

Em suma, o Sistema Tributário brasileiro estabelece, aplica e fiscaliza os tributos nacionais com o intuito de arrecadar recursos para a manutenção das atividades essenciais para o desenvolvimento social e econômico do país.

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como Lei Maior ou Carta Magna, está no topo da hierarquia das normas, e com o Sistema Tributário não é diferente, todas as outras normas se submetem a ela, que mesmo não criando tributos, estabelece diretrizes e regras para a sua instituição pelos entes competentes. Martins (2009, p.27) “Estabelece a Constituição que os tributos só podem ser instituídos e cobrados de acordo com os limites por ela estabelecidos”. Apesar de ser a norma mãe, a Constituição Federal autoriza no seu Art.

146, inciso III, que por lei complementar pode-se estabelecer normas gerais em assunto de legislação tributária, principalmente sobre a definição de tributos e suas espécies, fatos geradores, base de cálculo e contribuintes.

Para uma melhor e indubitável estabilização de regras sobre tributos no país, foi sancionada, em 1966, a principal norma brasileira sobre tributos que é o Código Tributário Nacional.

2.1 Código Tributário Nacional

Trata-se da Lei nº 5.172 de 1966, que rege todo Sistema Tributário Nacional, contendo em seu corpo, competências, limitações do poder de tributar, espécies tributárias e suas principais peculiaridades. Corroborando com o que foi dito: “é a totalidade dos tributos arrecadados no país e todo o conjunto de regras jurídicas que disciplinam o exercício do poder impositivo pelos diversos órgãos aos qual a Constituição nacional atribui competência tributária.”. (SANTOS,1970, p.6-7)

Com a intenção exclusiva de regulamentar o Sistema Tributário Nacional, o Código Tributário Nacional foi elaborado abordando as características e fundamentos de cada tributo. Silva (2019, p.25): “De forma a regular o STN existente, em 1966 foi criado o Código Tributário Nacional (CTN) sob a Lei nº. 5.172/66. Nele se encontram as definições e particularidades da legislação tributária, tributos, sua incidência, alíquotas, entre outros.”

A Lei nº. 5.172/66 é ampla e abrange todas as espécies tributárias, sendo um manual constante de consulta para o regramento geral dos tributos. Cabe ainda lembrar que cada município brasileiro também tem seu código tributário, adotando tributos específicos e coerentes com a realidade de cada região, porém sempre em consonância com o CTN e a Constituição Federal.

2.1.1 Tributos

Cabe neste tópico, estudar o conceito de tributos exposto no Código Tributário Nacional, art. 3º da Lei nº. 5.172/66:

Art. 3º. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não

constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Deste conceito, pode-se extrair e estudar partes fundamentais para a compreensão dos tributos. O primeiro ponto a se observar é que se fala em prestação pecuniária, o que afasta a possibilidade de o Estado receber bens ou mesmo serviços como pagamento de tributos:

O tributo é prestação pecuniária, isto é, a obrigação de prestar dinheiro ao Estado. O art. 3º do CTN, em sua parte inicial, dispõe que “o tributo é prestação pecuniária, em moeda (...)”. Não obstante a redundância no dispositivo, é possível asseverar que o dispositivo objetivou evitar o **tributo in natura (em bens)** ou o tributo *in labore* (em trabalho, em serviços). (SABBAG, 2016).

O próprio CTN, no seu art. 162, inciso I deixa explícito que o pagamento do tributo deve ser realizado em moeda: “**Art. 162.** O pagamento é efetuado: I - em moeda corrente, cheque ou vale postal; [...]”.

A segunda característica é a compulsoriedade, ou seja, não se trata de uma prestação contratual, voluntária ou mesmo facultativa, está ligada diretamente a supremacia do interesse público e não depende da anuência do contribuinte. De acordo com Carvalho (2004, p. 148-149): “prestação pecuniária compulsória quer dizer o comportamento obrigatório de uma prestação em dinheiro, afastando-se, de plano, qualquer cogitação inerente às prestações voluntárias”.

Outra característica dos tributos é que não se constituem em sanção de atos ilícitos, ou seja, presume-se sempre a licitude dos recursos ou da atividade a ser tributada. Hugo de Brito Machado discorre sobre o tema: “o tributo se distingue da penalidade exatamente porque esta tem como hipótese de incidência um ato ilícito, enquanto a hipótese de incidência do tributo é sempre algo lícito.” (MACHADO, 2010)

A prestação instituída por lei, parte do conceito de tributos, denota a grande imperialidade do princípio da legalidade, ou seja, para criar ou aumentar um tributo é necessária uma lei que estabeleça, isto está disposto no art. 150 da Constituição Federal: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça; [...]”.

Ver-se que o conceito de tributos vai muito além, e que existe toda uma legislação para ampará-lo. Hoje com um sistema Pentapartite, ou seja, que classifica os tributos em cinco espécies: Impostos, Taxas, Contribuições de Melhorias, Empréstimo Compulsório e Contribuições Especiais, torna o tema bastante amplo. Porém esta pesquisa, em específico, abordará a espécie impostos e destes, destacará apenas um, que será o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN.

2.1.2 Impostos

Espécie tributária que não se vincula a nenhuma contra partida do poder estatal, ou seja, caso seja realizado o fato gerador, a cobrança será efetivada compulsoriamente. Tal fato esta previsto no art. 16 do Código Tributário Brasileiro – CTN: “**Art. 16.** Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.”

Cada ente da federação possui impostos próprios, a Constituição de 1988 estabelece os impostos de competência de cada um dos entes federativos no Brasil, no artigo 153 estão dispostos os impostos da União:

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

- I - importação de produtos estrangeiros;
- II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III - renda e proventos de qualquer natureza;
- IV - produtos industrializados;
- V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- VI - propriedade territorial rural;
- VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

Os impostos dos Estados e do Distrito Federal estão dispostos no art. 155 da CF:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

- I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;
- II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
- III - propriedade de veículos automotores.

Já no art. 156 da Carta Magna, e também foco deste trabalho estão os impostos de competência dos Municípios brasileiros:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

- I - propriedade predial e territorial urbana;
- II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
- III - serviços de qualquer natureza.

Em resumo, o quadro abaixo demonstra os impostos de competência de cada ente federativo.

Tabela 1 – Impostos Brasileiros

UNIÃO	ESTADOS E DF	MUNICÍPIOS
II	ICMS	IPTU
IE	IPVA	ITBI
IOF	ITCD	ISSQN
IPI		
ITR		
IR		
IGF		

Fonte: PMM - Dados da Pesquisa

Após visualizar todos os impostos, de cada ente da federação, far-se-á necessário um corte no tema, para analisar o imposto objeto deste trabalho monográfico que é o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – (ISSQN).

2.1.2.1 - Imposto Predial Territorial Urbano – (IPTU).

O IPTU tem função fiscal, devido a sua cobrança atender a finalidade especialmente arrecadatória destinada à obtenção de recursos para o custeio das despesas da administração pública municipal. Imposto de competência dos Municípios e do Distrito Federal está previsto no art. 156, I, CF.

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:
I - propriedade predial e territorial urbana;

[...]

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:
I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e
II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

Além de definir a competência do imposto, a Carta Magna de 1988 deixa explícito que a sua cobrança pode ser progressiva em razão do valor, ou seja, quanto maior for o valor do

imóvel, maior será a alíquota a ser cobrada, como também pode ser cobrada de acordo com a localização, onde aqueles imóveis de áreas nobres da cidade sempre pagaram um valor maior de IPTU do que aqueles que moram na periferia, por exemplo. Quanto ao uso do imóvel, a Prefeitura ou o Distrito Federal podem adotar, desde que aprovado pelo Poder Legislativo, alíquotas maiores para imóveis utilizados para comércio e menores para residências.

O fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física localizado na zona urbana do Município (art. 32 do CTN). Ver-se que o Código Tributário Nacional deixa claro que o referido imposto deve ser cobrado desde que esteja em zona urbana. O §1º do art.32 do CTN define o que é considerado zona urbana:

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - abastecimento de água;
- III - sistema de esgotos sanitários;
- IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

A base de cálculo é determinada de acordo com o valor venal do imóvel, não podendo ser levado em consideração os bens ou aformoseamentos que estes possuam, a exemplo de piscina, móveis ou cômodos luxuosos. O próprio Código Tributário Municipal de Marizópolis - PB, traz no seu art. 10 a regulamentação do que foi dito anteriormente: A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, excluído o valor dos bens móveis nele mantidos, para efeito de utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade. (CTM, 2008, Art. 10).

A cidade estudada neste trabalho traz as seguintes alíquotas de IPTU:

Tabela 2: Alíquotas do IPTU Marizópolis-PB

Categoria de Imóvel	Alíquota (%)
Residenciais	0,6
Não Residenciais	0,8
Não Edificados	1

Fonte: Adaptado do CTM/2008 de Marizópolis-PB

O município, que possui competência para tributar sobre os imóveis urbanos, traz em seu Código Tributário algumas isenções do IPTU, mais precisamente no seu art. 15:

Art. 15 Ficam isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana os contribuintes enquadráveis numa das seguintes condições:

I- imóveis cedidos gratuitamente para o uso da União, dos Estados e dos Municípios;

II- imóveis que servirem de residência própria às viúvas que auferirem renda igual ou inferior a 01 (um) salário mínimo, desde que não possua outro no território do Município;

III- quando existir na família do contribuinte, pessoa portadora de deficiência física, que a impossibilite para o trabalho, desde que essa pessoa portadora de tal deficiência física não aufera renda superior a 02 (dois) salários mínimos, seja ela proveniente de qualquer tipo de benefício do poder público, ou vínculo do setor privado.

A cobrança do IPTU é realizada uma vez por ano, sempre no final do ano, no mês de dezembro, e também possui uma arrecadação representativa diante da arrecadação total de tributos na cidade de Marizópolis-PB.

2.1.2.2 - Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos – (ITBI).

Também designado pela Constituição federal, no art. 156, § 2º, I, como imposto de competência dos Municípios e do Distrito Federal, o ITBI é mais um imposto com função exclusivamente fiscal visto que é cobrado com a finalidade única de obter recursos para custear as despesas municipais.

O Imposto sobre Transferência de bens imóveis por ato oneroso “Inter Vivos” (ITBI) é cobrado sempre que ocorre alguma transação onerosa envolvendo imóveis. O art. 16 do CTM de Marizópolis traz o fato gerador deste imposto:

Art. 16 - O Imposto sobre a transmissão “intervivos”, de bens imóveis e de direitos a ele relativos tem como fato gerador:

I – a transmissão “intervivos”, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definida no Código Civil;

II – a transmissão “intervivos”, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III – a acessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Já as alíquotas referentes ao ITBI, no município em questão estão fixadas no seu art. 24 da Lei 095/2008:

Art. 24 Apurada a base de cálculo, o imposto será calculado da seguinte forma:

I- nas transmissões relativas ao Sistema Financeiro de Habitação, em relação ao valor financiado:

a) 0,5% (meio por cento) sobre o valor efetivamente financiado;

b) 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor restante.

II- nas demais transmissões a título oneroso 2% (dois por cento). (CTM, 2008, Art. 24)

O município estudado possui uma arrecadação de ITBI baixa, provavelmente devido ao fato de não possuir Cartório de Imóveis e a grande maioria dos imóveis não possuem escritura pública, o que dificulta a efetiva cobrança neste ente federativo.

2.1.2.3 - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – (ISSQN).

Este imposto surge em 1965, com o advento da Emenda Constitucional nº 18 de 1º de dezembro, mais especificamente no art. 15, com o texto original que diz: “Art. 15. Compete aos Municípios o imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.”. O ISSQN veio substituir o antigo “Imposto sobre indústrias e profissões” (IIP), que antes era Imposto Estadual e, após a Constituição Federal de 1946, passou a ser um imposto de competência dos municípios. Hoje está previsto no art. 156, inciso III da Constituição de 1988: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: (...) III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar (...)”.

Atualmente a lei complementar 116/2003 traz a lista de serviços que podem servir de parâmetro para a cobrança do ISSQN, por isso, além de não abranger os serviços inerentes ao ICMS, ou seja, transporte intermunicipal ou interestadual e comunicação, os serviços devem constar da lista da referida lei complementar. Esse fato é relatado por Rosana Cardoso na citação abaixo:

Desta forma, é equivocado pensar simplesmente que qualquer serviço, desde que não compreendido no campo incidental do ICMS, está sujeito ao imposto municipal, uma vez que, para que haja incidência do ISS, é imprescindível que os serviços estejam descritos na lista anexa à Lei Complementar nº 116/03. Por esta razão, ao longo do presente trabalho utilizaremos a terminologia “ISS”, ao referirmo-nos ao Imposto Sobre Serviços (de qualquer natureza), por entendermos ser tal abreviação a mais adequada à compreensão da exação. (CARDOSO, 2012)

O contribuinte deste imposto é a pessoa física ou jurídica que efetivamente prestar os serviços, sendo deste montante deduzido o material utilizado na sua execução. Cardoso (2012, p.4) revela:

Em linhas gerais, sujeito passivo é a pessoa, física ou jurídica, privada ou pública, da qual se exige o cumprimento da obrigação. O contribuinte do ISS sempre será o prestador do serviço, uma vez que, conforme disposto no art. 121, inciso I, do Código Tributário Nacional, o contribuinte é a pessoa que guarda relação direta com o fato que é alvo da incidência do tributo em questão.

A seguir observar-se-á as características deste imposto, abordando o Código Tributário Municipal da cidade de Marizópolis-PB.

2.1.3 ISSQN e o CTM de Marizópolis-PB.

O Código Tributário da cidade de Marizópolis-PB foi instituído pela Lei municipal 095 de 1998, discorrendo sobre todos os tributos instituídos e cobrados pelo município.

Aos Vereadores do município cabe a responsabilidade de legislar adequando tal cobrança a realidade da cidade, ou seja, qualquer alteração deve passar pelo poder legislativo, para sua aprovação ou reprovação, lembrando ainda que mesmo com a aprovação da Câmara Legislativa ainda se pode ter o veto do Prefeito.

A legislação tributária de Marizópolis deixa explícita que a base de cálculo do ISSQN é apenas o valor do serviço prestado, e qualquer mercadoria utilizada na execução deve ter seu valor deduzido. Isto está contido no art. 35 da Lei 095/2008 que informa que a base de cálculo do ISS é o preço do serviço executado; e no § 2º deste mesmo artigo é argumentado que não se inclui na base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços.

Já no art. 29 do CTM de Marizópolis-PB, o legislador deixa claro que os serviços eventuais também são base de cálculo deste imposto.

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação dos serviços, em anexo, (Anexo da Lei Complementar Federal Nº116/2003), ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestado. (CTM, 2008¹, Art. 29)

¹ Código Tributário Municipal de Marizópolis (Lei N.º 095/2008).

As isenções, embora poucas, consta no art. 45 da Lei 095/2008;

Art. 45. Ficam isentos do pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:

- I – as associações comunitárias e clubes de serviços, cuja finalidade essencial, nos termos dos respectivos estatutos esteja voltada para o desenvolvimento da comunidade;
- II – as instituições de caráter filantrópico que prestam serviços médico-hospitalares;
- III – os clubes sociais e recreativos, excluídas as receitas decorrentes de:
 - a) venda de ingressos, inclusive convites ou mesas a não sócios;
 - b) admissão de sócio temporário;
 - c) prática de atividade desportiva por não sócios;
 - d) quaisquer outras atividades advindas de pessoas não associadas.

Fica entendido que trabalhos filantrópicos, clubes sociais e associações estão isentos do Imposto Sobre Serviço, porém o próprio instrumento legal faz algumas considerações, que basicamente ocorrem quando essas pessoas jurídicas aferem renda fora das atividades normais ou fogem da sua razão social.

Diferentemente das cidades circunvizinhas, Marizópolis adota como alíquota do ISSQN o valor máximo de 5% do valor do serviço. Alexandre Mazza confirma a possibilidade desta cobrança: “Compete a cada município definir a alíquota do ISS aplicável em seu território. No entanto, o legislador municipal deve respeitar as alíquotas mínima de 2% (art. 88 do ADCT) e máxima de 5% (art. 8º da Lei Complementar n. 116/2003).”

Esse modelo de CTM, com suas isenções e alíquotas, foi aprovado pelo Poder Legislativo e sancionado pelo Poder Executivo, restando para o contribuinte que realizar o fato gerador pagar o referido imposto à fazenda pública.

3 CONTROLE SOCIAL

A sociedade hoje em dia, sente a necessidade de estar acompanhando e fiscalizando a arrecadação e a aplicação dos recursos públicos. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), que conseqüentemente fez com que outra lei fosse editada (131/2009), Lei da Transparência, determinou a transparência dos atos administrativos, trazendo informações íntegras e tempestivas, que pudessem ser acessíveis a todos os cidadãos.

A participação da população no acompanhamento dos atos administrativos, inibe e até mesmo dificulta a possibilidade de atos ilícitos como é o caso de fraudes licitatórias. Outros crimes administrativos podem ser coibidos através da fiscalização popular, como: Nepotismo, abuso do poder econômico, falta de economicidade, desvio de verbas públicas, entre outros.

O controle social pode ser definido como a obrigação do poder público de prestar contas perante a sociedade civil e às autoridades competentes. Ele se caracteriza pela existência de mecanismos de cobrança e de controles recíprocos que tornam-se favoráveis ao êxito da gestão pública, evitando a apropriação da máquina pública por interesses privados e o desperdício, além da alocação de recursos para fins não previstos. (DINIZ, 1995)

Para que esse controle seja efetivo e eficiente, deve-se fornecer ferramentas para que a população possa desempenhar seu papel de fiscalizar. Sheila Santos Cunha (2013, p.2) esclarece: “os meios de controle social têm como pilar a fiscalização das ações públicas, mas o seu papel é muito mais amplo. Visam, sobretudo, a indicar caminhos, propor ideias e promover a participação efetiva da comunidade nas decisões de cunho público”.

Para que se possa ter um controle eficiente os entes federativos devem disponibilizar o máximo de informações possíveis, através de seus portais, publicitando suas ações nos meios de comunicação e principalmente dando acesso aos dados referentes às ações de governo como: receitas auferidas e despesas realizadas, editais de licitações, convênios, gastos com pessoal etc..

3.1 SAGRES-PB

O Estado da Paraíba criou, em 2001, através do TCE (Tribunal de Contas do Estado), órgão auxiliar de controle externo, o SAGRES (Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade) *on line*, ferramenta de controle social – desenvolvida pelos próprios técnicos do TCE-PB. Neste portal, fica a disposição do cidadão todas as informações econômicas, financeiras e de pessoal referentes tanto às contas do próprio Estado, como também de qualquer um de seus 223 (Duzentos e vinte e três) municípios.

O SAGRES *on line* é uma importante ferramenta de controle social que o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE-PB oferece à sociedade, para que esta possa fiscalizar a aplicação dos recursos públicos do Estado e dos municípios. (PARAÍBA, 2010, p. 05)

Esta ferramenta vem auxiliando no acompanhamento e controle dos gastos públicos na Paraíba, nela o cidadão pode consultar empenhos, receitas, despesas, pessoal, licitações,

obras, credores, entre outros. Com esta plataforma pode-se coletar dados de receita tributária total, como também valores arrecadados de um único tributo, pode também saber qual foi o gasto de combustível daquela gestão o mês ou no ano que preferir, a quantidade de funcionários comissionados e o cargo que cada um ocupa e muito mais.

Esse sistema contém dados a partir do ano de 2002, de fácil acessibilidade e clareza, sendo hoje na Paraíba, como também nos demais Estados que adotam o sistema criado pelo TCE-PB, a principal ferramenta de controle social.

Nesta pesquisa, foram coletados dados referentes à arrecadação tributária, em sua totalidade, como também a arrecadação individual do ISSQN, nos anos de 2011 a 2015, mês a mês, tanto em números como em porcentagem.

3.2 Lei da Transparência

Visando dar total cumprimento e publicidade aos atos públicos foi sancionada em 2009 a Lei 131 que altera e acrescenta alguns dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000) trazendo diretrizes e estabelecendo a instalação de controladorias em cada ente da administração para noticiar e disponibilizar aos cidadãos, todas as informações referentes à administração da fazenda pública, a exemplo de despesas, receitas, contratos, editais de licitações, pessoal, empenhos etc.

Os autores Rita Buzzi Rausch e Maurélio Soares, (2010, p.28) discorrem sobre o tema: “a incessante investigação da transparência na Administração Pública nacional é tida como condição imperiosa para que o Brasil continue progredindo no processo de desenvolvimento econômico, social e na consolidação da democracia”.

Torna-se de suma importância o acesso aos dados de atos administrativos, para um efetivo controle social. Rogers e Sena (2007, p.2) deixam claro que estas informações não devem ser de acesso restrito ao governo ou aos gestores, e sim de toda sociedade:

com essa Lei enfatizou-se o interesse das informações contábeis não apenas para a Administração Pública e para seus gestores, mas também para a sociedade, que se tornou mais ativa no processo de acompanhamento e fiscalização das contas governamentais, mediante os instrumentos por ela fornecidos.

A Lei N.º131/2009, que ficou conhecida como lei da Transparência, no seu art. 73-B, estabelece um prazo para a instalação dos referidos controles internos nas cidades de acordo com o número de habitantes:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.

A cidade de Marizópolis-PB, por ter em média 6.500 (seis mil e quinhentos) habitantes, teria até o dia 27 de maio de 2013 para se adequar as regras, visto que a Lei foi sancionada em 27 de maio de 2009, ou seja, quatro anos depois. Porém observa-se, hoje, que o referido controle interno ainda não funciona 100%, apenas contando com um portal do município, com o mínimo de informações obre as atividades administrativas. Sendo assim foi necessário a utilização do SAGRES-PB como fonte principal de pesquisa.

3.3 Lei de Acesso à Informação Pública

Denominada de Lei de Acesso à Informação, a Lei 12.527/2011, surge com o intuito de abrir ainda mais os horizontes do devido controle social sobre as atividades da gestão pública, regulamentando o acesso público, discorrendo sobre os direitos dos cidadãos, corroborando com a total liberdade de fiscalização e disponibilização de documentos de caráter público.

Silva (2012, p.10) relata:

A Lei de Acesso à Informação entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 com o objetivo de garantir aos cidadãos brasileiros acesso aos dados oficiais do Executivo, Legislativo e Judiciário. Além de órgãos e entidades públicas dos três níveis de governo, as autarquias, fundações, empresas públicas e entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos devem colocar as informações à disposição do cidadão de forma gratuita.

A Lei de Acesso à Informação traz no seu art. 3º procedimentos que garantem o devido acesso às informações e dados públicos com transparência e publicidade:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Ver-se que os legisladores reservaram uma parcela de reconhecimento sobre a importância do acesso às informações, visto que, é através delas que se pode ter embasamento para o efetivo controle social e conseqüentemente utilizá-los como prova quando da ocorrência de abusos por parte de gestores.

Esta lei vem proporcionar a devida força legal para que se possa ter acesso a documentos públicos e fortalecer a transparência e publicidade dos atos administrativos dos entes da federação, seja eles da administração direta ou indireta.

4 ANÁLISE QUANTITATIVA DA ARRECADAÇÃO DO ISSQN NO MUNICÍPIO DE MARIZÓPOLIS DE 2011 A 2015.

Utilizou-se uma ferramenta de controle social e principalmente de transparência, a qual foi criada pelo Tribunal de Contas da Paraíba e que hoje está presente e sendo utilizada em outros Estados da Federação, SAGRES – Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade.

Figura 1: Página inicial do SAGRES-PB

SAGRES On Line

Receitas Despesas Empenhos Disponibilidades Licitações Obras Pessoal Veículos Credores

Seleção da Unidade Gestora

Município: Marizópolis

Ano: 2015

Entidade: Prefeitura Municipal de Marizópolis

Consultar Cancelar

AVISO IMPORTANTE

Os dados apresentados refletem a contabilização efetuada pelas administrações, submetendo-se à análise de consistência e validação, e podem ser modificados quando auditados pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA.

Fonte: SAGRES-PB 2017

Através desta ferramenta pode-se obter várias informações sobre qualquer município da Paraíba. As que interessam a este trabalho monográfico é a receita de ISSQN, que foi retirada na aba “Receitas” e posteriormente “Receitas Tributárias”. Foram coletados os valores de ISSQN arrecadados mês a mês dos anos de 2011 até 2015, visto que o ano de 2016 não fornece todos os dados, já que o município ficou prejudicado diante da entrada e saída de gestores por problemas judiciais.

Com os dados coletados cabe agora organizá-los em quadros e gráficos para poder analisá-los.

Quadro 1: Arrecadação do ISSQN Marizópolis-PB de 2011 a 2015.

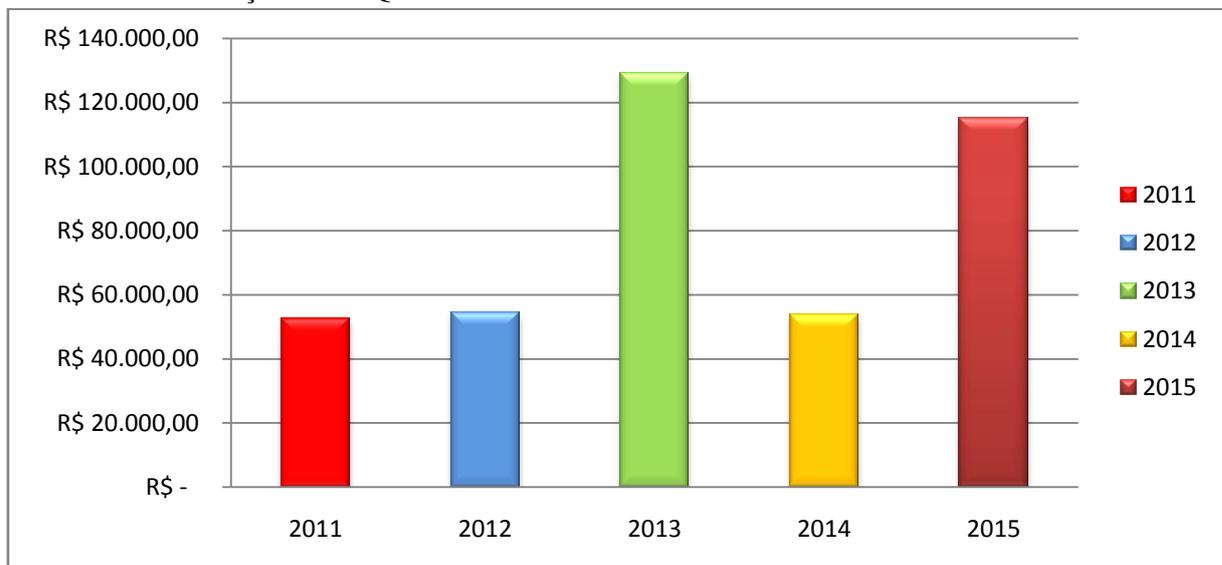
	2011	2012	2013	2014	2015
JANEIRO	R\$ 2.782,16	R\$ 4.229,78	R\$ 4.048,21	R\$ 8.798,32	R\$ 3.893,37
FEVEREIRO	R\$ 4.579,87	R\$ 1.036,13	R\$ 3.315,43	R\$ 4.923,16	R\$ 5.281,04
MARÇO	R\$ 4.303,99	R\$ 13.648,68	R\$ 1.407,34	R\$ 2.873,30	R\$ 13.421,86
ABRIL	R\$ 5.013,67	R\$ 3.470,89	R\$ 1.797,32	R\$ 2.713,67	R\$ 4.560,35
MAIO	R\$ 3.229,83	R\$ 2.010,69	R\$ 3.267,08	R\$ 2.681,96	R\$ 14.510,06
JUNHO	R\$ 1.239,07	R\$ 2.944,24	R\$ 7.607,65	R\$ 555,68	R\$ 2.619,65
JULHO	R\$ 1.441,05	R\$ 4.232,68	R\$ 5.098,02	R\$ 6.406,37	R\$ 11.187,33
AGOSTO	R\$ 4.205,68	R\$ 3.267,39	R\$ 35.285,18	R\$ 2.583,81	R\$ 3.536,01
SETEMBRO	R\$ 1.007,42	R\$ 3.856,12	R\$ 2.386,75	R\$ 7.195,20	R\$ 6.631,80
OUTUBRO	R\$ 2.246,90	R\$ 7.549,78	R\$ 23.974,76	R\$ 6.092,14	R\$ 9.702,21
NOVEMBRO	R\$ 7.449,99	R\$ 2.325,14	R\$ 39.181,33	R\$ 5.895,99	R\$ 25.179,37
DEZEMBRO	R\$ 14.919,90	R\$ 5.679,82	R\$ 1.566,44	R\$ 3.046,80	R\$ 14.267,24
TOTAL	R\$ 52.419,53	R\$ 54.251,34	R\$ 128.935,51	R\$ 53.766,40	R\$ 114.790,29

Fonte: Dados da Pesquisa 2017.

De início nota-se que o imposto mostrou um em crescimento numérico ao longo dos anos, com exceção do ano de 2014 que visivelmente teve uma queda brusca de mais de 58%, tendo uma boa recuperação em 2015. De toda a avaliação quantitativa, o mês que mais se destacou, chegando a R\$ 39.181,33 (Trinta e nove mil, cento e oitenta e um reais e trinta e três centavos) de arrecadação foi o mês de novembro de 2013, fato que se justifica pela grande movimentação de obras no município. Já o mês de menor arrecadação foi o de junho de 2014, com pouco mais de R\$ 555,68 (Quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Isso pode ser visualizado melhor no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Arrecadação de ISSQN 2011 a 2015



Fonte: Dados da Pesquisa 2017.

Graficamente fica mais evidente a evolução e o destaque para a grande arrecadação do referido imposto em 2014 e logo no ano seguinte a queda brusca nesta arrecadação. Para entender melhor analisar-se-á ano a ano como o imposto se comportou.

Gráfico 2: Arrecadação de ISSQN 2011



Fonte: Dados da Pesquisa 2017.

Ao analisar o ano de 2011 no tocante a arrecadação do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, ver-se uma estabilidade nos primeiros meses, queda na metade do ano, mais precisamente nos meses de junho e julho, porém uma alta considerável no último trimestre do ano, outubro, novembro e dezembro.

Gráfico 3: Arrecadação de ISSQN 2012



Fonte: Dados da Pesquisa 2017.

Em 2012, o mês em destaque foi o de março, chegando a mais R\$13.648,68 (Treze mil e seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos), o pior mês deste ano foi o de fevereiro, que apesar de ser o mês do carnaval, não foram realizados na cidade nenhum evento ou movimento que pudesse gerar renda e conseqüentemente aumentar a arrecadação do ISSQN em Marizópolis-PB.

Gráfico 4: Arrecadação de ISSQN 2013



Fonte: Dados da Pesquisa 2017.

Os meses de agosto e novembro do ano 2013 se destacam com a maior arrecadação deste ano, porém percebe-se que o primeiro semestre, até o mês de julho a arrecadação se apresenta muito reduzida.

Gráfico 5: Arrecadação de ISSQN 2014



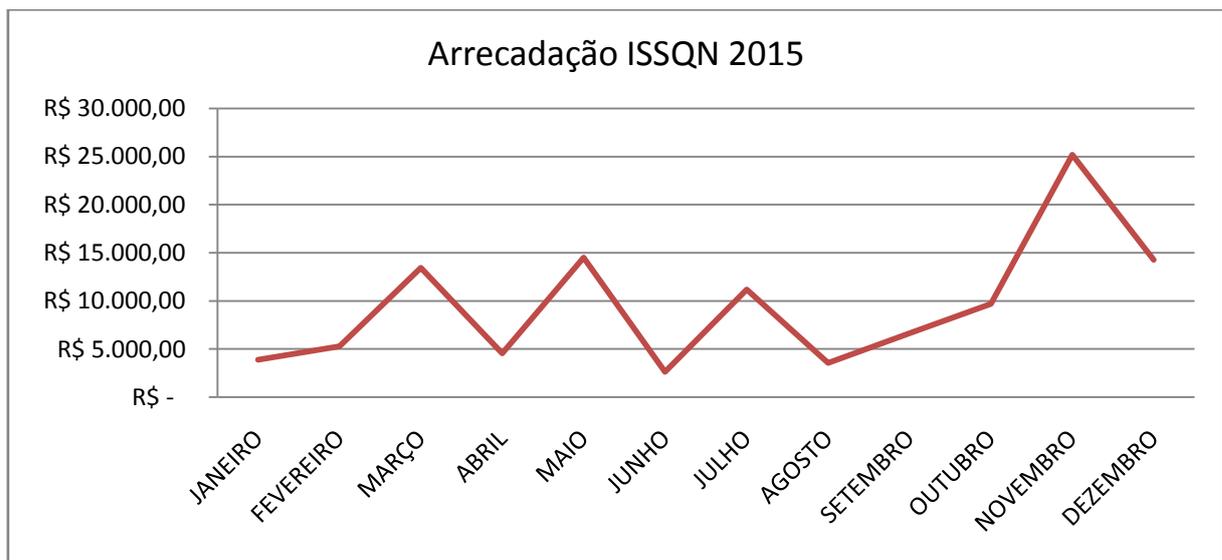
Fonte: Dados da Pesquisa 2017.

O ano de 2014 inicia com sua melhor arrecadação, que ocorreu no mês de janeiro, mas o gráfico descreve uma trajetória decrescente até o mês de junho, voltando a arrecadar proporcionalmente melhor que os meses anteriores em julho e setembro. Aqui pode-se ver que no ano de 2014, em relação a 2013 e a 2012 ficou aquém das expectativas, trazendo valores numéricos menores, demonstrando uma involução nos resultados.

Aqui cabe mencionar que problemas administrativos graves se instalaram na Prefeitura /Municipal, onde o Ex-Prefeito foi preso e afastado do cargo, o Vice-Prefeito assumiu o posto e em apenas 42 (quarenta e dois) dias o Prefeito afastado retorna ao cargo, daí para frente começa um verdadeiro entra e sai de Prefeitos o que provavelmente prejudicou a arrecadação tributária do município.

Mesmo com toda turbulência política ver-se que no ano de 2015 houve uma recuperação, como se pode ver no gráfico 6:

Gráfico 6: Arrecadação de ISSQN 2015



Fonte: Dados da Pesquisa 2017.

O ano de 2015 não supera 2013 em arrecadação, porém demonstra uma excelente recuperação tributária no que se refere ao ano anterior, 2014, tendo um bom desempenho principalmente nos meses de março, maio, julho, outubro e novembro. O mês que menos arrecadou foi o de junho, com R\$ 2.619,65 (Dois mil, seiscentos e dezenove reais, e sessenta e cinco centavos).

Nota-se, analisando os gráficos acima, que o mês de junho, sempre está entre os que menos arrecadam, o que deveria ser avaliado pela administração, já que se trata de um mês

que traz uma das maiores festas anuais, que é o São João, sendo assim torna-se pertinente que o administrador encontre formas de incentivar o setor de serviços, fato que irá gerar emprego, renda e conseqüentemente arrecadação para o município.

Dando continuidade a análise dos dados, tornou-se necessário entender o comportamento dos valores arrecadados pelo ISSQN, desta vez confrontando a arrecadação anual, observando o quanto o imposto representa em relação ao todo arrecadado anualmente.

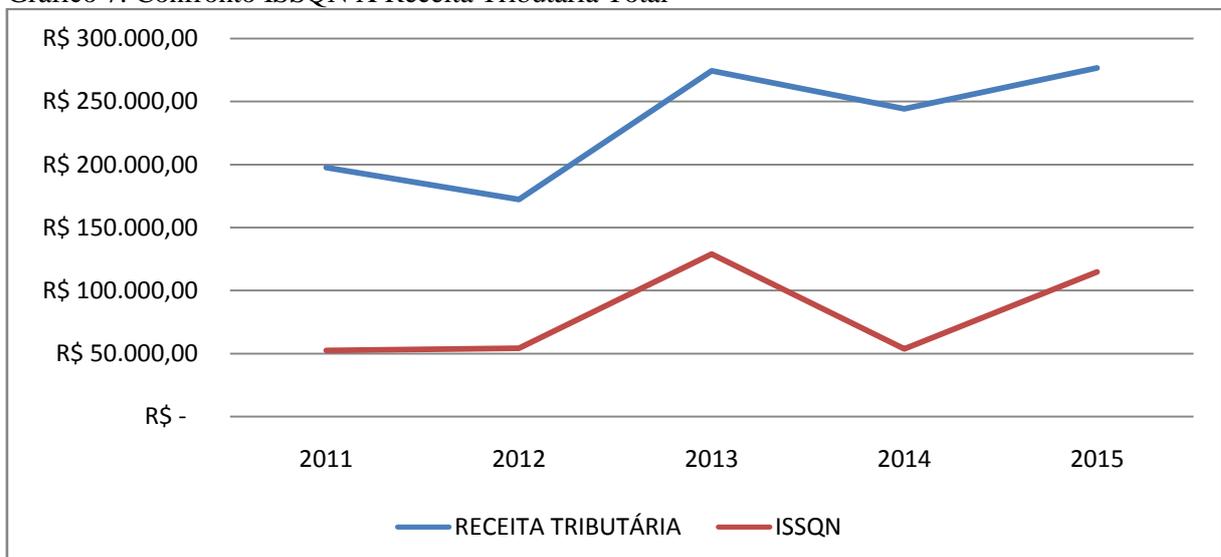
Quadro 2: Arrecadação de ISSQN x Receita Tributária Total

	2011	2012	2013	2014	2015
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 197.612,97	R\$ 172.258,18	R\$ 274.271,53	R\$ 244.118,30	R\$ 276.449,19
ISSQN	R\$ 52.419,53	R\$ 54.251,34	R\$ 128.935,51	R\$ 53.766,40	R\$ 114.790,29
PARTICIPAÇÃO	27%	31%	47%	22%	42%

Fonte: Dados da Pesquisa 2017.

Ao analisar os dados acima, fica evidente a importância do Imposto Sobre Serviços para o desenvolvimento do município estudado, visto que, apesar de ser um município jovem, com 20 (vinte) anos apenas, o ISSQN no ano de 2011, já representa 27% da arrecadação total. Já no ano de 2013, tem o seu ápice com uma representação de 47% da arrecadação total de tributos. Observando o ano de 2014 nota-se que os problemas políticos ocorridos, realmente trouxeram conseqüências para a arrecadação tributária do município, e mesmo assim o referido imposto ainda representou 22% , vindo a se recuperar em 2015 com a representação de 42% de tudo que é arrecadado no município.

Gráfico 7: Confronto ISSQN X Receita Tributária Total



Fonte: Dados da Pesquisa 2017.

Ao avaliar o gráfico de nº 7, torna-se perceptível que o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é quem comanda o desempenho geral da arrecadação tributária no município de Marizópolis-PB. Os indicadores ao longo do tempo, tanto da arrecadação total, quanto da arrecadação apenas do ISSQN são praticamente iguais. Em resumo, quando a arrecadação do ISSQN tem altas ou quedas bruscas afeta diretamente o gráfico da arrecadação total, mostrando a relevância deste imposto para a fazenda pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora realizada, alcançou o seu objetivo geral, na medida em que revelou uma evolução da arrecadação do ISSQN no município de Marizópolis-PB, porém veio a identificar uma retroação em um dos anos estudados, mais precisamente em 2014, ano em que problemas políticos de alguma forma prejudicaram a atividade tributária do município.

O estudo trouxe elementos para reflexão, onde se observou que a alíquota cobrada pelo imposto na cidade estudada, é o maior possível, 5%, fato que, devido a polêmica jurídica sobre qual o local de pagamento do imposto, pode ter levado muitos contribuintes a realizarem o pagamento do ISSQN em outras cidades, a exemplo de Sousa-PB ou Cajazeiras-PB, onde os serviços possuem alíquotas diferentes. Isso deve ser um fator de estudo por parte da Prefeitura visando arrecadar mais, de forma justa o imposto em questão.

Outro ponto interessante de se observar com este trabalho é que, em praticamente todos os anos analisados, ocorre uma arrecadação mínima do imposto no mês de junho, fato que deveria ser analisado e produzido um planejamento tributário, talvez com incentivos para parques de diversão e principalmente para uma parte informal do comércio que também são contribuintes do imposto e até a oferta de cursos profissionalizantes para capacitar profissionais liberais como: pedreiros, pintores, eletricitas etc. Ainda pode ser realizadas campanhas de conscientização dos profissionais autônomos com: Advogados, contadores, técnicos agrícolas, e outros que realizem sua prestação de serviço de forma autônoma.

Um imposto que representa grande fatia da arrecadação municipal, deve ser visto com mais prioridade, e esta pesquisa sugere uma reavaliação do Código Tributário Municipal e a imediata criação de uma política tributária visando uma uniformidade na arrecadação anual, e incentivos, para sempre que possível elevar essa arrecadação, porém sem onerar os contribuintes, mas preservando o que de direito pertence ao erário público.

Cada vez que um contribuinte opta a pagar o ISSQN, em outro município, devido estes possuir alíquotas menores, a exemplo de profissionais como engenheiros, advogados, contadores, etc. isso gera um impacto social, visto que aquela receita perdida, não terá nenhum retorno para a sociedade marizopolenses, pois tais recursos poderiam ser revertidos para programas sociais, construção de residências, pagamento de salários etc...

O que se percebe é que existe uma necessidade de se adequar o CTM de Marizópolis à realidade atual, realizando um planejamento tributário de qualidade, observando a legislação dos municípios vizinhos para constatar, o que é discorrido por esta pesquisa, de que nestes as alíquotas do ISSQN variam de acordo com a atividade exercida, por exemplo, em Sousa-PB a alíquota para profissionais liberais da advocacia é de 3%, enquanto que em Marizópolis-PB todas os serviços são cobrados com uma única porcentagem de 5%.

Torna-se necessário a elaboração de um estudo para mensurar as alíquotas ideais pertinentes a cada serviço tributado pelo município, o que seria o mais coerente, pois isto traria o contribuinte de volta, aumentaria a receita tributária do município e forneceria aos gestores uma maior quantidade de recursos para desempenhar a manutenção das atividades pública, seus programas sociais e o bem estar da coletividade.

Constatou-se também ao final desta pesquisa a forma de controle dos impostos arrecadados, onde parte deles, é destinado para custear gastos públicos em geral, como despesas de administração e investimentos em infraestrutura e outra parte para serviços essenciais à população.

Ficando assim uma crítica sobre a dúvida quanto à aplicação da devida arrecadação: “Impostos lá em cima, serviços públicos lá embaixo”, e a problemática que sempre afeta aos munícipes de uma forma mais ampla.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado Federal. Centro Gráfico. 2011.

_____, Emenda Constitucional Nº 18, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1965. Acessado no Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc18-65.htm em 10 de Janeiro 2017.

_____, Leis e Decretos. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Código Tributário Nacional**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

_____, Lei Complementar nº 116 de 31.07.2003. Dispõe sobre o **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza**, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e á outras providências. D.O.U.: 01.08.2003.

CARDOSO, Rosana Milbrath. **Imposto Sobre Serviços: O Regime de Tributação Diferenciado das Sociedades de Profissionais**. Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. 2012.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CUNHA, Sheila Santos. **O controle Social e seus instrumentos**. UFBA. Salvador. Fev. 2003.

DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. **Reforma do Estado e Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. UNB/ENAP, 1995.

MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao Código Tributário Nacional: artigos 1º a 95º**. São Paulo: Atlas, 2003. v. I.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MALLMANN, June Carolina Andres. **O Sistema Tributário Nacional E O Impacto Social**. UNIJUÍ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. DCJS- Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais. 2013.

MARIZÓPOLIS. Paraíba. Lei Municipal nº 095 de Dezembro de 2008, denominado **Sistema Tributário do Município de Marizópolis**.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2015. ISBN 978850261719-3

MORAES, Vinícius Cechinel de. **A Carga Tributária Brasileira e o Planejamento Tributário como Ferramenta de Competitividade**. Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. 2011.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual de direito tributário**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PARAÍBA. Tribunal de Contas do Estado. **Sagres on line: um instrumento de controle social**. João Pessoa: A União, 2010. Disponível em https://sagres.tce.pb.gov.br/municipio_index.php. Acessado em 12/01/2017.

RAUSCH, Rita Buzzi; SOARES, Maurélio; **Controle Social na Administração Pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), Brasília, v. 4, n. 3, art. 2, p. 23-43, set/dez. 2010.

ROGERS, Pablo; SENA, Ludiany Barbosa. **Análise agregada dos municípios mineiros de grande porte quanto à adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**. Revista Contemporânea de Contabilidade, ano 04, v.1, n°8, Jul./Dez., 2007, p. 99-119.

SABBAG, Eduardo. **Manual do Direito Tributário**. 8º Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

SANTOS, Manoel Lourenço dos. **Direito Tributário**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1970. p. 6-7

SILVA, Cristiane Born da. **Os instrumentos de transparência e controle social e o papel Da contabilidade aplicada ao setor público: a percepção dos Gestores dos municípios mais populosos do Brasil e dos Municípios da região sul com mais de 50.000 habitantes**. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre. 2012.

SILVA, Ramon Ramos. **Planejamento Tributário: Lucro Presumido x Simples Nacional, para Micros e Pequenas Empresas dos Ramos: Comércio, Indústria e Prestação de Serviços**. Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

ANEXOS



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MARIZÓPOLIS
CASA LEGISLATIVA "ANTÔNIO MARQUES DA SILVA MARIZ"
C.N.P.J. 01.618.605/0001-03

Projeto de Resolução nº 001/2017
Poder Legislativo
Vereador José Francisco de Abreu

APRESENTA PROPOSTA DE REFORMA DA
LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, NOS TERMOS
SEU ARTIGO 43 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARIZÓPOLIS, ESTADO DA PARAÍBA aprova o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Estabelece Reforma da Lei Orgânica Municipal de Marizópolis-PB a ser realizada mediante a apresentação de Anteprojeto de Lei visando a sua atualização e adequação.

Art. 2º - O Anteprojeto será apresentado por Comissão Municipal formada por representante da Câmara Municipal de Marizópolis, a ser escolhido em Plenário, Procurador-Geral do Município, juntamente com outros servidores do município indicados para tal.

§ 1º O servidor indicado para compor a Comissão de Reforma ficará disponível integralmente para este fim.

§ 2º A Comissão apresentará o Anteprojeto em 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta), sendo discutido, se necessário emendado e aprovado na forma regimental.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Vereador da Câmara Municipal de Marizópolis, Estado da Paraíba, em 08 de fevereiro de 2017.

José Francisco de Abreu
José Francisco de Abreu
Vereador

Recebido Em:
11/02/17
Sabrina P. Silva



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MARIZÓPOLIS
CASA LEGISLATIVA "ANTÔNIO MARQUES DA SILVA MARIZ"
C.N.P.J. 01.618.605/0001-03

Projeto de Resolução nº 002/2017
Poder Legislativo
Vereador **José Francisco de Abreu**

APRESENTA PROPOSTA DE REFORMA DO
REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE MARIZÓPOLIS, NOS
TERMOS DO SEU ARTIGO 151 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARIZOPOLIS, ESTADO DA PARAÍBA aprova o seguinte Projeto de Lei:

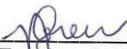
Art. 1º - Estabelece Reforma do Regimento Interno da Câmara Municipal de Marizópolis-PB a ser realizada mediante a apresentação de Anteprojeto de Lei visando a sua atualização e adequação.

Art. 2º - O Anteprojeto será apresentado por comissão composta por membros da Câmara Municipal e servidores públicos do Município indicados pelo Prefeito, cabendo aos demais vereadores apresentarem Emendas ou alterações, inclusive Comissões para acompanhar o referido projeto, para que possa estar em consonância com a Lei Orgânica do Município de Marizópolis-PB e Constituição Federal.

§ 1º A Comissão apresentará o Anteprojeto em 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por mais 30 (trinta), sendo discutido, se necessário emendado e aprovado na forma regimental.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Vereador da Câmara Municipal de Marizópolis, Estado da Paraíba, em 08 de fevereiro de 2017.



José Francisco de Abreu
Vereador

Recebido Em:
16/02/17
Sabrina P. Pires



Publicado na Folha do Município
Em 31 de dezembro de 2008

Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIZÓPOLIS
Gabinete da Prefeita
CNPJ. 01.612.941/0001-49

Rua. João Vicente de Almeida, s/n, bairro do Ribeirão Preto – Marizópolis-Pb. CEP 58.819-000.

LEI Nº 095/2008

Dispõe sobre o Sistema Tributário do Município e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARIZÓPOLIS

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei estabelece o Sistema Tributário do Município de Marizópolis e normas complementares de Direito Tributário a ele relativo e disciplina a atividade tributária do Fisco Municipal.

**PARTE I
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 2º O Sistema tributário do Município é regido por sua Lei Orgânica, leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de sua competência e relações jurídicas a eles pertinentes.

Parágrafo único. Na interpretação e aplicação do presente Código, observar-se-ão os dispostos nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Municipal e no Código Tributário Nacional.

Art. 3º Integram o sistema tributário:

I - impostos sobre:

a) A propriedade predial e territorial urbana;

b) A transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

c) Serviços de qualquer natureza;

II - taxas:

a) Decorrentes do exercício regular do poder de polícia;

b) Decorrentes da utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos municipais específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

III - contribuição de melhoria.

**TÍTULO II
DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 4º A competência tributária do Município é assegurada pelos dispostos nos artigos 145 e 156 da Constituição da República Federativa do Brasil, pela sua Lei Orgânica Municipal e é exercida pelo Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO II DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 5º Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - instituir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentados;

b) No mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) Antes de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

IV - utilizar tributo, com efeito, de confisco;

V - cobrar impostos sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e cultura e de assistência social, sem fins lucrativos atendendo aos requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I, não constitui aumento de tributo a atualização, por índice oficial, do valor monetário da respectiva base de cálculo;

§ 2º O disposto na alínea "a" do inciso V aplica-se exclusivamente aos serviços próprios das pessoas jurídicas de direito público, inerentes aos seus objetivos e é extensivo às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, a renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º O disposto no inciso V não exclui as entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte, bem como não as dispensa da prática de atos que assegurem o cumprimento de obrigações tributárias por terceiros, na forma prevista nesta lei;

§ 4º O reconhecimento da imunidade de que trata as alíneas b e c do inciso V é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I - não distribuir qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II - aplicar integralmente no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 5º Na inobservância dos dispostos nos §§ 2º e 4º, pelas entidades referidas no inciso V, a autoridade competente poderá suspender a aplicação do benefício.

§ 6º Os serviços referidos na alínea "c", do inciso V são os relacionados diretamente com os objetivos institucionais de cada entidade, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

TÍTULO III
DOS IMPOSTOS
CAPÍTULO I
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU
SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 6º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definida na lei civil, na qual se delimita entre outros pontos, a área urbana do Município.

Art. 7º Para os efeitos deste Imposto, constitui área urbana:

I - a área em que existam, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- a) meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- b) abastecimento de água;
- c) sistemas de esgotos sanitários;
- d) rede de iluminação pública;
- e) escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

II - área igual ou inferior a dois hectares, mesmo que comprovadamente utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, agro-industrial ou mineral;

III - área de expansão urbana constante de loteamento destinado à habitação, à indústria ou ao comércio.

Art. 8º Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo único. Responde solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito do usufruto, uso ou habilitação, os promitentes compradores emitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, isenta do imposto ou a ele imune.

Art. 9º O imóvel, para os efeitos deste imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º Considera-se terreno o imóvel:

I - sem edificação;

II - em que houver construção paralisada ou em andamento;

III - em que houver construção interdita, condenada, em ruína ou em demolição;

IV - construção de natureza temporária ou provisória, que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

§ 2º Considera-se prédio o imóvel no qual exista edificação que possa ser utilizada para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino desde que não esteja compreendido nas situações do parágrafo anterior.

SEÇÃO II DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 10 A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, excluído o valor dos bens móveis nele mantidos, para efeito de utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Parágrafo único. Constitui elementos para determinação do valor venal:

- I - a área do imóvel;
- II - o valor do metro quadrado de área construída e não construída, para o exercício;
- III - o fator de localização atribuído aos logradouros;
- IV - os fatores corretivos do imóvel, tais como:
 - a) situação, pedologia e topografia do terreno;
 - b) alinhamento, situação e posição da construção.

Art. 11 O valor venal do imóvel será determinado pelo produto dos elementos descritos no parágrafo único do artigo anterior e corresponderá:

- I - no caso de terreno, ao valor apurado para o solo;
- II - no caso de terreno em construção com parte da edificação habitada, ao valor apurado para o solo e para a parte utilizada, considerada em conjunto;
- III - no caso de edificação, ao valor apurado para a construção e para o solo, considerado em conjunto.

§ 1º Tratando-se de edificação com mais de um pavimento, o valor venal será apurado para cada um deles, somando-se apenas, quando pertencer ao mesmo contribuinte:

§ 2º Para os imóveis constituídos como edifícios, explorados sob a forma de condomínios, a área utilizada no cálculo do valor venal será a área de construção da unidade e a de uso privativo, acrescida da fração ideal de terreno correspondente, considerando que:

- I - a área de construção da unidade é igual a área de uso privativo acrescida da área de uso comum dividida pelo número de unidades do edifício;
- II - a área de uso privativo é a área interna da unidade imobiliária acrescida das áreas de garagem para automóveis;
- III - a fração ideal do terreno será obtida pela fórmula: $Fi = (At \times Au) / Ac$, onde:

Fi : fração ideal.
At : área total do terreno.
Au : área da unidade autônoma edificada.
Ac : área total construída.

Art. 12 O imposto será calculado mediante aplicação, sobre o valor venal do imóvel, das alíquotas constantes da Tabela I que integra esta Lei.

SEÇÃO III DO LANÇAMENTO

Art. 13 O lançamento do imposto é anual e de ofício, eletuado com base em elementos cadastrais declarados pelo contribuinte ou apurados pelo Poder Executivo e se transmite aos adquirentes do imóvel, salvo se constar da escritura certidão negativa de débitos relativos ao imóvel.

§ 1º Quando o lançamento for efetuado através de auto de infração, torna-se obrigatório o cadastramento do imóvel com a especificação das áreas do terreno e das edificações, após o julgamento administrativo do feito ou o seu pagamento.

§ 2º O lançamento é efetuado na data da ocorrência do fato gerador e só pode ser alterado, durante o curso do exercício, mediante a constatação de ato ou fato que justifique sua alteração, por despacho da autoridade administrativa.

§ 3º As alterações do lançamento que impliquem em mudança de alíquota só terão efeitos no exercício seguinte àquele em que foram efetuadas e antes de decorrerem 90 dias para o seu término, exceto para os lançamentos via auto de infração.

Art. 14 O lançamento é efetuado em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor do imóvel, e ainda do espólio ou da massa falida.

§ 1º Nos imóveis, sob promessa de compra e venda, o lançamento pode ser efetuado em nome do compromissário comprador, do promitente vendedor, ou de ambos, sendo em qualquer dos casos, sólida a responsabilidade pelo pagamento do imposto;

§ 2º Os imóveis, objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso são lançados em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário;

§ 3º Para os imóveis, sob condomínio, o lançamento será efetuado:

I - quando "pro-diviso", em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma, um lançamento para cada imóvel, ainda que contínuos ou vizinhos e pertencentes ao mesmo contribuinte;

II - quando "pro-indiviso", em nome de um, de alguns, ou de todos os condôminos, sem prejuízo, nas duas primeiras situações, da responsabilidade solidária dos demais.

§ 4º O lançamento é sempre efetuado, ainda que se trate de imóvel cujo proprietário seja desconhecido ou esteja em local incerto, devendo o Poder Executivo regulamentar tais situações.

SEÇÃO IV DA ISENÇÃO

Art. 15 Ficam isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana os contribuintes enquadráveis numa das seguintes condições:

I - imóveis cedidos gratuitamente para uso da União, dos Estados e dos Municípios;

II - imóveis que servirem de residência própria às viúvas que auferirem renda igual ou inferior a 01 (um) salário mínimo, desde que não possua outro no território do Município;

III - quando existir na família do contribuinte, pessoa portadora de deficiência física, que a impossibilite para o trabalho, desde que essa pessoa portadora de tal deficiência física não aufera renda superior a 02 (dois) salários mínimos, seja ela proveniente de qualquer tipo de benefício do Poder público, ou vínculo do setor privado;

CAPÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS "INTER VIVOS" - ITBI SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 16 O Imposto sobre a Transmissão "intervivos", de Bens Imóveis e de Direitos a ele relativos tem como fato gerador:

I - a transmissão "intervivos", a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definida no Código Civil;

II - a transmissão "intervivos", a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Art. 17 O imposto incide sobre qualquer uma das seguintes ocorrências:

I - compra e venda pura ou com cláusulas especiais;

II - dação em pagamento;

III - permuta;

IV - arrematação ou adjudicação;

V - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvada os casos previstos nos incisos I e II do art. 20:

VI - transferência do patrimônio da pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;

VII - tornas ou reposições ocorridas:

a) nas partilhas efetuadas em virtude da dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiros receberem, dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que a parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;

b) nas divisões para extinção de condomínios de imóvel, quando for recebido por qualquer condômino quota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal;

VIII - mandato em causa própria e seus estabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e à venda;

IX - instituição de fideicomisso;

X - enfileuse;

XI - rendas expressamente constituídas sobre o imóvel;

XII - cessão de direitos de usufruto;

XIII - cessão de direitos ao usucapião;

XIV - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o ato de arrematação ou adjudicação;

XV - cessão de promessa de compra e venda;

XVI - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XVII - acessão física, quando houver pagamento de indenização;

XVIII - transferência de direitos sobre construção existente em terreno alheio, ainda que feita ao legítimo proprietário do solo;

XIX - qualquer ato judicial ou extrajudicial não especificado neste artigo que importe em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

XX - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior.

§ 1º Equipara-se ao contrato de compra e venda para efeitos fiscais:

I - a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

II - a permuta de bens imóveis por quaisquer outros bens situados fora do território do Município;

III - a transação em que seja reconhecido direito que implique transmissão de imóvel ou de direito a ele relativos.

§ 2º Será devido novo imposto:

I - quando o vendedor exercer o direito de preleção;

II - no pacto de melhor comprador;

III - na retrocessão e na retrovenda.

Art. 18 Contribuinte do imposto é o adquirente do imóvel e direitos a ele relativos e, no caso de cessão de direitos, o cedente.

Parágrafo único. São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido, os alienantes, cessionários e os tabeliães e serventuários de ofício, nos atos em que intervierem ou pelas omissões que forem responsáveis.

SEÇÃO II DA ISENÇÃO

Art. 19 São isentas do pagamento do imposto:

I - a primeira transmissão de habitação popular destinada à moradia do adquirente, desde que não possua em seu nome ou em nome do cônjuge outra no território de seu domicílio e, esteja em conformidade com as disposições do parágrafo único do art. 15;

II - a transmissão decorrente da execução de Planos de Habitação Popular, patrocinada ou executada por órgãos públicos ou seus agentes;

III - a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento;

IV - a transmissão em que o alienante seja o Poder Público;

V - a indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, determinadas pelo Código Civil;

VI - a transmissão de gleba rural única com área inferior ou igual a 4.00 (quatro) hectares destinada ao cultivo pelo proprietário e sua família;

VII - a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da propriedade nua;

VIII - a transferência de imóvel desapropriado, para fins de reforma agrária.

SEÇÃO III DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 20 O imposto não incide sobre a transmissão dos bens imóveis ou direitos a eles relativos quando:

I - efetuada sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II - houver incorporação, fusão, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

III - a transmissão se der aos mesmos alienantes dos bens e direitos, adquiridos na hipótese do inciso II, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

Art. 21 O disposto nos incisos I e II do artigo anterior não se aplica à pessoa jurídica adquirente que tenha como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos a sua aquisição.

§ 1º Caracteriza-se atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois subseqüentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste artigo.

§ 2º Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição sobre o valor do bem ou direito nesta data.

SEÇÃO IV DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 22 A base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis "intervivos" é:

I - nas transmissões em geral, a título oneroso, o valor venal do bem ou direito transmitidos, desde que com eles concorde a autoridade administrativa tributária;

II - na arrematação judicial ou administrativa, adjudicação, remissão ou leilão, o preço do maior lance, quando a transferência do domínio se fizer para o próprio arrematante;

III - nas tornas ou reposições, o valor da quota-parte ideal;

IV - na instituição de fideicomisso, o valor estipulado na ação judicial ou 70% (setenta por cento) do valor venal do imóvel ou do direito transmitido, se maior;

V - nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, o valor do negócio ou 30% (trinta por cento) do valor venal do imóvel, se maior;

VI - no caso de cessão direito de usufruto, o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal do imóvel, se maior;

VII - no caso de acessão física, o valor da indenização ou o valor venal da fração ou acréscimo transmitido, se maior;

VIII - nas transferências de domínio, em ação judicial, inclusive declaratória de usucapião, o valor venal apurado;

IX - nas dações em pagamento, o valor venal do imóvel dado para solver os débitos, não importando o montante destes;

X - nas permutas, o valor venal de cada imóvel permutado;

XI - na transmissão do domínio útil, o valor do direito transmitido;

XII - nas cessões "intervivos" de direitos reais relativos a imóveis, o valor venal do imóvel no momento da cessão;

XIII - no resgate da enfiteuse, o valor pago, observado a lei civil.

Parágrafo único. Nas arrematações judiciais, inclusive adjudicações e remissões, a base de cálculo não poderá ser inferior ao valor venal da avaliação judicial e, não havendo esta, ao valor da avaliação administrativa.

Art. 23 O valor venal do imóvel, exceto nos casos expressamente consignados em lei, será o decorrente da avaliação fiscal, de iniciativa da autoridade administrativa tributária, ressalvado ao contribuinte o direito de requerer avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Parágrafo único. A impugnação do valor fixado como base de cálculo do imposto será encaminhada à autoridade administrativa fiscal do Município, acompanhada de laudo técnico de avaliação do imóvel ou direito transmitido.

Art. 24 Apurada a base de cálculo, o imposto será calculado da seguinte forma:

I - nas transmissões relativas ao Sistema Financeiro de Habitação, em relação ao valor financiado:

a) 0,5% (meio por cento) sobre o valor efetivamente financiado;

b) 1.5% (um e meio por cento) sobre o valor restante.

II - nas demais transmissões a título oneroso 2% (dois por cento).

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO E DO PAGAMENTO

Art. 25 O imposto será lançado através de Guia de Informações, segundo modelo aprovado em Decreto do Poder Executivo, que disporá ainda sob a forma e o local de pagamento.

Art. 26 O imposto será pago até a data do ato translativo, exceto nos casos de:

I - transferência de imóvel a pessoa jurídica ou desta para seus sócios ou acionistas ou respectivos sucessores, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da assembléia ou da escritura;

II - arrematação ou na adjudicação ou leilão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que tiver sido assinado o auto ou deferida a adjudicação, ainda que exista recurso pendente;

III - acessão física, até a data do pagamento da indenização;

IV - tornas ou reposições e nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da sentença que reconhecer o direito, ainda que exista recurso pendente.

§ 1º Nas promessas ou compromissos de compra e venda é facultado o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que seja efetuado dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do imóvel.

§ 2º Nas transações em que figurem como adquirente, ou cessionário, pessoas imunes ou isentas, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por certidão, expedida pela autoridade fiscal, como se dispuser em ato do Poder Executivo.

SEÇÃO VI DA RESPONSABILIDADE DOS CARTÓRIOS DE REGISTRO IMOBILIÁRIO

Art. 27 Ficam os cartórios de registro imobiliário, para efeito da lavratura da escritura de transferência ou venda do imóvel, sob pena de responsabilidade, nos termos do inciso VI do art. 99, obrigados a:

I - exigir a certidão de aprovação do loteamento, assim como a apresentação de documento comprobatório de recolhimento do imposto ou, se for o caso, da não incidência ou do direito à isenção;

II - enviar, até o dia 10 (dez) de cada mês, à Prefeitura Municipal a relação das operações imobiliárias realizadas no mês anterior.

Parágrafo único. Quando ocorrer a obrigação de pagar o imposto antes da sua lavratura serão transcritos nos instrumentos públicos elementos comprobatórios desse pagamento ou do reconhecimento da não incidência ou de sua isenção.

Art. 28 Nas transações em que figurem como adquirente, ou cessionário, pessoas imunes ou isentas, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por certidão, expedida pela autoridade fiscal, como se dispuser em ato do Poder Executivo.

CAPÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS SEÇÃO I DO FATO GERADOR, DA INCIDÊNCIA E DO CONTRIBUINTE

Art. 29 O imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação dos serviços constantes da lista de serviços, em anexo, (Anexo da Lei Complementar Federal N.º 16/2003), ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto sobre Serviços incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto independe da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 30 Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

Art. 31 O Município poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1º deste artigo, são responsáveis:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.

SEÇÃO II DA NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO

Art. 32 O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviço em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedade e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - O valor intermediário no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

SEÇÃO III DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Art. 33 Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agências, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 34 O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

LAB

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 29 desta Lei;

II - da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV - da demolição, no caso dos serviços no subitem 7.04 da lista anexa;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VI - da execução de variação, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação das vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XX - do porto, aeroporto, ferropuerto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto ao Município, quando houver em seu território extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto ao Município, em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

SEÇÃO IV DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 35 A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território deste Município e também no de mais um ou mais outros, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada município.

§ 2º Não se inclui na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços nos itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços em anexo.

Art. 36 As alíquotas do imposto, nas atividades em que o preço do serviço for utilizado como base de cálculo, são as seguintes:

I - execução de obras hidráulicas e de construção civil e engenharia consultiva a elas relativa - 5% (cinco por cento);

II - as sociedades enquadradas nos itens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.15, 4.16, 5.01, 7.01, 10.03, 17.14, 17.19, e 17.20 da Lista de Serviços em anexo, onde os sócios executem pessoalmente todos os serviços prestados, ficarão sujeitas às seguintes alíquotas:

a) 5% (cinco por cento), para os fatos geradores ocorridos após o exercício financeiro de 2008;

III - Demais atividades 5% (cinco por cento).

Parágrafo único. No caso do inciso I, poder-se-á optar pela base de cálculo correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor global do serviço.

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 37 O lançamento do imposto será feito:

I - simultaneamente ao pagamento da fatura da prestação do serviço, quando se tratar de profissional autônomo não cadastrado no Município.

II - mensalmente:

a) quando o preço do serviço for determinado, mediante declaração do contribuinte, com registro em livros e documentos fiscais, sujeita a posterior homologação pelo fisco municipal;

b) quando se tratar de sociedade de profissionais, sujeita a posterior homologação pelo fisco.

c) por estimativa, de ofício, observado o disposto no § 4º do art. 47.

III - anualmente, quando se tratar de imposto devido por profissional autônomo inscrito no Cadastro de Prestadores de Serviços do Município, em decorrência da prestação do serviço sob a forma de trabalho pessoal.

Art. 38 Os lançamentos relativos a períodos fiscais anteriores com aplicação de penalidades cabíveis serão feitos:

I - de ofício, através do auto de infração;

II - através de denúncia espontânea de débito, feita pelo próprio contribuinte, observado o disposto no art. 208.

Art. 39 Considera-se devido o imposto:

I - a partir do dia 10 (dez) do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador nas hipóteses do inciso II do art. 37;

II - nos prazos fixados no calendário fiscal do Município:

a) quando se tratar de imposto devido por sociedade de profissionais;

b) quando se tratar de imposto calculado sobre estimativa;

III - a partir do recebimento do aviso de crédito, para os contribuintes que pagam o imposto sobre comissão;

IV - a partir da emissão da fatura ou do título de crédito que a dispense.

Art. 40 O recolhimento do imposto sobre serviços de qualquer natureza será efetuado nos órgãos arrecadadores, através do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, em modelo aprovado pelo Poder Executivo, nos seguintes prazos:

I - na fonte, quando se tratar de imposto devido por profissionais autônomos não cadastrados no Município.

II - mensalmente, nas datas fixadas pelo órgão fazendário, nas hipóteses do inciso II do art. 37 e quando se tratar do repasse do imposto devido por entidades de direito público ou privado, qualificadas como responsáveis pelo crédito tributário, de que trata o caput do art. 29;

III - anualmente, nas datas fixadas pelo Fisco Municipal, na hipótese do inciso III do artigo referido no inciso anterior;

IV - 24 (vinte e quatro) horas, após ocorrido o fato gerador, quando se tratar de divisões públicas, cujo prestador do serviço não tenha domicílio no Município.

Parágrafo único. Independentemente dos critérios estabelecidos neste artigo poderá a autoridade administrativa, atendendo à peculiaridade de cada atividade e às conveniências do fisco e do contribuinte, adotar outras modalidades de recolhimento, inclusive em caráter de substituição.

SEÇÃO VI DO DOCUMENTO FISCAL

Art. 41 Os contribuintes do imposto sobre serviços, sujeitos ao regime de lançamento por homologação, obrigam-se, entre outras exigências, à emissão, escrituração e conservação das notas e de livros fiscais.

Parágrafo único. A conservação dos documentos fiscais, far-se-á nos próprios estabelecimentos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, para serem exibidos à fiscalização, quando exigidos.

Art. 42 Os modelos, a impressão e a utilização dos documentos fiscais a que se refere o artigo anterior serão definidos em Decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Nas operações à vista o órgão fazendário, a requerimento do contribuinte, poderá permitir, sob condição, que a nota fiscal seja substituída por cupom de máquina registradora.

§ 2º O decreto a que se refere este artigo poderá prever hipótese de substituição de documentos fiscais para atender a situações peculiares, desde que resguardados os interesses do Fisco.

Art. 43 Constituem instrumentos auxiliares da escrita fiscal os livros da contabilidade geral do contribuinte de uso obrigatório ou auxiliar, os documentos fiscais, as guias de pagamento do imposto e demais documentos, que se relacionem direta ou indiretamente com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte ou responsável.

Art. 44 Cada estabelecimento, depósito, agência ou representação terá escrituração tributária própria, vedada a centralização na matriz ou estabelecimento principal.

SEÇÃO VII DA ISENÇÃO

Art. 45 Ficam isentos do pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - as associações comunitárias e clubes de serviços, cuja finalidade essencial, nos termos dos respectivos estatutos esteja voltada para o desenvolvimento da comunidade;

II - as instituições de caráter filantrópico que prestam serviços médico-hospitalares;

III - os clubes sociais e recreativos, excluídas as receitas decorrentes de:

a) venda de ingressos, inclusive convites ou mesas a não sócios;

b) admissão de sócio temporário;

c) prática de atividades esportivas por não sócios;

d) quaisquer outras atividades advindas de pessoas não associadas.

SEÇÃO VIII DO ARBITRAMENTO DO PREÇO DO SERVIÇO

Art. 46 Quando não se puder conhecer o preço do serviço ou ainda quando os registros contábeis relativos à operação estiverem em desacordo com a legislação tributária ou não merecerem credibilidade, o imposto será calculado, apurando-se arbitrariamente a soma das seguintes parcelas:

I - valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais aplicados ou consumidos no período;

II - folha de salários pagos durante o período, adicionado de todos os rendimentos pagos no período, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;

III - despesas com fornecimento de água, luz, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte.

§ 1º Findo o período para o qual se fez a estimativa, ou não sendo aplicado esse regime, por qualquer motivo serão apurados o preço real dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo contribuinte, o qual responderá pela diferença apurada, ou tendo direito à restituição do excesso pago;

§ 2º Independentemente de qualquer procedimento fiscal e, sempre que se verificar que o preço total do serviço excedeu a estimativa, fica o contribuinte obrigado a recolher, no prazo previsto, a diferença do imposto;

§ 3º O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá, a critério da autoridade competente, ser feito individualmente, por categoria de contribuintes e grupos ou setores de atividades;

§ 4º A autoridade fiscal poderá, a qualquer tempo e a seu critério, suspender a aplicação do regime, de modo geral ou individual bem como rever os valores estimados para determinação no período e, se for o caso reajustar as prestações subsequentes.

SEÇÃO IX DO CÁLCULO POR ESTIMATIVA

Art. 47 A administração Tributária poderá submeter os contribuintes do Imposto sobre Serviços de pequeno e médio porte ao regime de pagamento por estimativa.

§ 1º As condições de classificação para definição do porte terão por base os seguintes fatores, tomados isoladamente ou não:

III - quantidade e qualificação profissional do pessoal empregado;

IV - receita operacional;

V - organização rudimentar.

§ 2º O fisco Municipal adotará o critério de arbitramento do preço do serviço estabelecido no artigo anterior, para cálculo dos valores estimados.

§ 3º Os valores estimados serão revistos e atualizados até 30 de setembro de cada ano, com base em índice oficial, para entrarem em vigor no ano seguinte.

§ 4º Os contribuintes, cujo cálculo do imposto seja feito por estimativa, ficarão dispensados da emissão de nota e da escrituração de livros fiscais.

**TÍTULO IV
DAS TAXAS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 48 As taxas cobradas pelo Município decorrem do exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Art. 49 Entende-se por Poder de Polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática ou abstenção do fato, em razão do interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

**CAPÍTULO II
DA TAXA DE LICENÇA**

Art. 50 A Taxa de Licença decorre do exercício regular do poder de polícia do Município referente à ocupação e utilização do solo urbano, quanto:

I - à localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, de crédito, de seguro, de capitalização, agropecuários, de prestação de serviços ou atividades decorrentes de profissão, arte, ofício ou função;

II - a anúncios e publicidade;

III - à ocupação de áreas públicas;

IV - à execução de obras.

**SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA**

Art. 51 A incidência da Taxa de Licença independe:

I - da existência do estabelecimento fixo;

II - do efetivo e contínuo exercício da atividade para a qual tenha sido requerido o licenciamento;

III - da expedição do alvará de licença, desde que tenha sido decorrido o prazo do pedido;

IV - do resultado financeiro ou do cumprimento de exigência legal ou regulamentar relativo ao exercício da atividade.

Art. 52 Para efeito de incidência da taxa, consideram-se estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local, estejam ocupados por diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, mesmo tendo idêntica atividade e sob a mesma responsabilidade, estejam em locais distintos ou diversos, ainda que no mesmo imóvel, desde que não tenha comunicação interna.

SEÇÃO II DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 53 A Taxa de Licença tem como fato gerador:

I - pela Localização e Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e de Prestação de Serviços:

a) a instalação ou abertura de novos estabelecimentos;

b) A renovação anual da licença para estabelecimentos em funcionamento.

II - pelos Serviços de Anúncios, Propaganda e Publicidade, a exploração desses em vias e logradouros públicos, ou deles visíveis e nos lugares franqueados ao público;

III - pela Ocupação de Áreas Públicas, a exploração de atividades, como:

a) feiras livres;

b) comércio eventual ou ambulante;

c) venda de comidas típicas, flores e frutas;

d) comércio e prestação de serviços em locais predeterminados;

e) exposições;

f) atividades recreativas e esportivas;

g) atividades diversas.

IV - pela Execução de Obras, a licença para execução de obras e urbanização de áreas, em garantia às normas administrativas, relativas à proteção, estética e ao aspecto paisagístico e histórico do Município.

Art. 54 Serão definidas em ato administrativo da autoridade fiscal as atividades que poderão ser exercidas em logradouros públicos com ou sem instalações removíveis, a título de comércio eventual ou ambulante.

§ 1º Considera-se comércio eventual o exercido em determinada época do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais previamente autorizados pelo Fisco Municipal em instalações removíveis, tais como: balcões, barracas, tabuleiros e semelhantes;

§ 2º Considera-se comércio ambulante, o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalações ou localização fixa.

Art. 55 Contribuinte da Taxa de Licença é qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que dependa, no território do Município, de formas permanentes, intermitentes ou temporária, em estabelecimento fixo ou não, de autorização prévia da Administração Municipal, para exercer qualquer atividade descrita no art. 53.

SEÇÃO III DO CÁLCULO

Art. 56 A Taxa de Licença será calculada mediante aplicação da quantidade de Unidades de Valor Padrão do Município especificada nas Tabelas II, III, IV e V que integram esta Lei.

Parágrafo único. Tratando-se de licença para funcionamento de atividades comerciais, industriais, prestadoras de serviços ocorridos em horário especiais, será acrescida, por dia de funcionamento, 1/30 (um trinta avos) da taxa devida pelo funcionamento em seu horário normal.

SEÇÃO IV DO LANÇAMENTO E DA COBRANÇA

Art. 57 A Taxa de Licença será lançada e cobrada anualmente, em nome do sujeito passivo, com base em dados cadastrais, sempre que houver constatação da incidência do fato gerador.

§ 1º A licença será concedida, mediante despacho da autoridade fiscal, com expedição do respectivo "Alvará de Licença", cuja aposição, no estabelecimento, far-se-á de forma obrigatória e em lugar visível e de fácil acesso;

§ 2º Quaisquer alterações ou modificações nas características da atividade ou do estabelecimento licenciado somente poderão ser efetuadas após a concessão de nova licença;

§ 3º As barracas, balcões e fiteiros localizados em áreas de domínio público estão sujeitos, além da taxa de funcionamento à taxa para uso de áreas de domínio público;

§ 4º Para atividades iniciadas, no decorrer do exercício, a taxa será lançada proporcionalmente ao número de meses ulteriores à data de início da atividade;

§ 5º Não havendo especificação precisa da atividade, a taxa será lançada pelo item que conliver maior identidade de características com a considerada;

§ 6º Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma atividade, será lançado por aquela que conduzir ao maior valor.

§ 7º O recolhimento da Taxa de Licença não exime o contribuinte do recolhimento do Imposto a que se refere o caput do art. 29.

CAPÍTULO III DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 58 A Taxa de Limpeza Pública tem como fato gerador a utilização dos serviços públicos municipais, efetivamente utilizados pelo contribuinte ou postos à sua disposição, relativos à varrição, capinação, coleta e remoção de resíduos urbanos.

Art. 59 São contribuintes da Taxa de Limpeza Pública os proprietários, titulares do domínio útil ou os possuidores, a qualquer título de imóveis localizados no território do Município que efetivamente se utilizem ou tenham à sua disposição a prestação dos serviços descritos no artigo anterior.

Parágrafo único. Aplica-se à Taxa de Limpeza Pública a regra de solidariedade prevista no parágrafo único do art. 8º.

SEÇÃO II DO CÁLCULO, DO LANÇAMENTO E DA COBRANÇA.

Art. 60 A Taxa de Limpeza Pública será calculada mediante aplicação da quantidade de Unidades de Valor Padrão do Município especificada na Tabela VI, que integra esta Lei.

Art. 61 A Taxa de Limpeza Pública será lançada e cobrada anualmente, podendo, a critério do Poder Executivo, ser recolhida conjuntamente com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

CAPÍTULO IV
DA TAXA DE EXPEDIENTE
SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 62 A Taxa de Expediente tem como fato gerador a utilização dos serviços administrativos especificados na Tabela VII, constante desta Lei, ou outros que a eles possam ser equiparados, e como contribuinte qualquer pessoa física ou jurídica que deles se utilize.

Parágrafo único. O servidor municipal que prestar o serviço, realizar a atividade ou formalizar o ato pressuposto do fato gerador do tributo, sem o pagamento do respectivo valor, responderá solidariamente com o sujeito passivo pela taxa não recolhida, bem como pelas penalidades cabíveis.

SEÇÃO II
DO CÁLCULO

Art. 63 A Taxa de Expediente será calculada mediante aplicação da quantidade de Unidades de Valor Padrão do Município especificada na Tabela citada no artigo anterior.

CAPÍTULO V
DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS
SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 64 A Taxa de Serviços Diversos tem como fato gerador a utilização dos seguintes serviços, ou outros que a eles possam ser equiparados:

- I - apreensão de animais;
- II - depósito e liberação de animais;
- III - abate de animais em matadouros públicos;
- IV - serviços de cemitério;
- V - utilização de próprios municipais.

Art. 65 Contribuinte da Taxa de Serviços Diversos é a pessoa física ou jurídica que:

- a) na hipótese do inciso I do artigo anterior seja proprietária ou possuidora a qualquer título dos animais apreendidos em vias públicas;
- b) na hipótese do inciso II do artigo anterior seja proprietária, possuidora a qualquer título, ou outra pessoa física ou jurídica que demonstre interesse na liberação dos animais apreendidos;
- c) na hipótese do inciso III do artigo anterior utilize matadouros públicos do Município para o abate de gado bovino, ovino, caprino e suíno.
- d) na hipótese do inciso IV do artigo anterior utilize-se de serviços de cemitério;
- e) na hipótese do V do artigo anterior utilize-se de Próprios municipais.

SEÇÃO II
DO CÁLCULO

Art. 66 A Taxa de Serviços Diversos será calculada mediante aplicação da quantidade de Unidades de Valor Padrão do Município especificada na Tabela VIII, integrante desta Lei.

CAPÍTULO VI
DA PERMISSÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SUBSOLO E ESPAÇO AÉREO MUNICIPAL

Art. 67 A utilização do subsolo e do espaço aéreo municipal, por prazo indeterminado, para implantação, instalação e passagem de equipamentos urbanos destinados à prestação de serviços de infra-estrutura por entidades de direito público ou privado dependerá de autorização expressa do

Poder Executivo Municipal, obedecido os critérios determinados em regulamento próprio e demais atos normativos.

§ 1º A permissão de uso de que trata o caput poderá ser dada para fins de exploração lucrativa de serviços de utilidade pública em área de dependência predeterminada e sob condições prefixadas.

§ 2º O Poder Executivo, com base na Lei Orgânica do Município e em estudo elaborado por Comissão Especial, previamente designada, definirá, através de Decreto, os valores dos preços públicos para Permissão de Uso do Subsolo e Espaço Aéreo Municipal, considerando os seguintes aspectos:

I – potencial econômico da infra-estrutura;

II – estímulo à compatibilidade do interesse municipal na indução ao crescimento, aliado à rentabilidade do produto;

III – valor econômico do bem, considerando a sua finalidade;

IV – peculiaridade de cada setor envolvido.

§ 3º O valor definido será adotado de forma isonômica para as atividades de igual natureza.

§ 4º A Prefeitura Municipal procederá ao zoneamento das redes aéreas e subterrâneas, no sentido de organizar a ocupação do espaço aéreo e do subsolo das vias e logradouros públicos, pelos diversos equipamentos de infra-estrutura urbana, estabelecendo faixas e profundidades de utilização para cada um deles.

§ 5º O não pagamento de débitos de serviços prestados ou de uso de instalações mantidas pela Prefeitura em razão direta de serviços municipais, acarretará, decorridos os prazos regulamentares, a suspensão dos mesmos.

Art. 68 Compreendem os serviços de infra-estrutura de que trata o caput do artigo anterior:

I – as redes para utilização do sistema de televisão a cabo;

II – as redes e equipamentos para telefonia fixa e celular;

III – os postes e redes de distribuição de energia elétrica;

IV – as redes para distribuição de água e esgoto sanitário.

§ 1º As concessionárias e permissionárias dos serviços de utilidade pública e de infra-estrutura devem submeter-se ao procedimento de licenciamento para realização de obras em vias ou logradouros públicos para instalação, implantação ou extensão das mesmas.

§ 2º É permitida a transferência de titularidade da Permissão de Uso mediante prévia e expressa aprovação pelo órgão municipal competente.

Art. 69 As prestadoras de serviço de utilidade pública, cujas redes de infra-estrutura já estejam implantadas no Município, providenciarão o respectivo licenciamento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação do Decreto de que trata o §2º do art. 67.

§ 1º Após o licenciamento referido no caput, as permissionárias ou concessionárias, proprietárias de instalações, equipamentos e redes de infra-estrutura, receberão da Prefeitura Municipal as respectivas Permissões de Uso, ratificando sua titularidade, direitos e deveres.

§ 2º A não observância do disposto no caput deste artigo implicará na suspensão de outros processos de ampliação e implantação de redes subterrâneas ou aéreas do requerente, no Município.

SEÇÃO ÚNICA DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 70 Os valores cobrados pelo Município de pessoas físicas ou, de empresas privadas pela exploração de serviços de natureza industrial, comercial e civil, tidos como públicos, são para os efeitos desta lei, considerados preços públicos.

Art. 71 A fixação dos preços públicos para os serviços que sejam monopólios do Município, para cada período, até o limite de recuperação do custo total será feita através de Decreto do Poder Executivo e terá como base o custo unitário de cada serviço.

§ 1º Quando não for possível a obtenção do custo unitário, a fixação será feita levando-se em consideração o custo total do serviço verificado no último exercício, a flutuação nos preços de aquisição, o volume prestado no exercício encerrado e a prestar no exercício considerado.

§ 2º O volume dos serviços para efeito do disposto no parágrafo anterior, será medido conforme o caso, pelo número de utilidades produzidas ou fornecidas aos usuários.

§ 3º O custo total compreenderá o custo de produção, manutenção e administração do serviço, acrescido das reservas para recuperação de equipamentos e expansão do serviço.

§ 4º Excedido o limite de recuperação do custo total, a fixação dos preços dependerá de lei específica.

Art. 72 Aplica-se aos preços públicos as disposições concernentes às taxas, no tocante a:

I - lançamento, pagamento e restituição tributária;

II - fiscalização, domicílio tributário e obrigações acessórias dos usuários;

III - lançamento e cobrança da dívida ativa.

Art. 73 O pagamento dos preços públicos a serem cobrados em cada exercício será anual, distribuído em, no máximo, 12 (doze) parcelas mensais de igual valor, pagas através de carnês até o dia 10 do mês subsequente.

TÍTULO V
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
CAPÍTULO ÚNICO
DISPOSIÇÕES GERAIS
SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 74 A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a realização de obra pública da qual resultem benefícios dos imóveis localizados na sua zona de influência.

Art. 75 A Contribuição de Melhoria terá como limite total a despesa realizada, na qual serão incluídas as parcelas relativas a estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive os encargos respectivos.

Art. 76 As obras públicas que justificam a cobrança da Contribuição de Melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I - ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria administração;

II - extraordinário, quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos contribuintes interessados.

Art. 77 Contribuinte da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel situado na zona de influência da obra.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que couberem;

§ 2º Os demais imóveis serão lançados em nome de seus respectivos titulares.

Art. 78 A Contribuição de Melhoria constitui ônus real, acompanhando o imóvel ainda após a transmissão.

SEÇÃO II DA DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

Art. 79 Para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto serão definidos sua zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefício dos imóveis nela localizados.

Parágrafo único. As zonas de influência bem como os respectivos índices de hierarquização de benefício serão aprovados pelo Poder Executivo Municipal com base em proposta elaborada por comissão, por ele, previamente designada.

Art. 80 A comissão será composta da seguinte forma:

- I - três membros de livre escolha do Prefeito, dentre os servidores municipais;
- II - dois membros indicados pelo Poder Legislativo, dentre os seus integrantes;
- III - dois membros indicados por entidades privadas, que atuem no interesse da comunidade;

Parágrafo único. A comissão a que se refere o artigo anterior não fará jus a nenhuma remuneração, sendo o trabalho considerado de relevante interesse para o Município. O encerramento dar-se-á com a entrega dos trabalhos predefinidos.

SEÇÃO III DO CÁLCULO

Art. 81 Para o cálculo da Contribuição de Melhoria, o órgão fazendário municipal, com base no custo da obra, apurado pela Administração, adotará os seguintes procedimentos:

- I - delimitará, em planta, a zona de influência da obra;
- II - dividirá a zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefício dos imóveis e, se for o caso, individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa, cuja área territorial será obtida, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados;
- III - calculará a Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel, mediante aplicação da seguinte fórmula: $CMI = c \cdot hf \cdot al / \sum af$, onde:

- CMI** : contribuição de melhoria relativa a cada imóvel.
c : custo da obra a ser ressarcido.
hf : índice de hierarquização de benefício de cada faixa.
al : área territorial de cada imóvel.
af : área territorial de cada faixa.
Σ : representação simbólica de somatório.

SEÇÃO IV DO LANÇAMENTO E DA COBRANÇA

Art. 82 A notificação do lançamento será feita após a execução da obra na sua totalidade ou em parte suficiente para justificar o benefício de determinados imóveis, cuja publicação será feita diretamente ou através de edital e conterá:

- I - identificação do contribuinte e o valor da Contribuição de Melhoria cobrada;
- II - prazos e formas de pagamento;
- III - prazo de reclamação.

Parágrafo único. Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação do lançamento (nunca inferior a trinta dias), o contribuinte poderá apresentar reclamação por escrito contra:

- I - erro na localização ou da área territorial do imóvel;
- II - valor da Contribuição de Melhoria a ser paga;
- III - número de prestações.

Art. 83 Para cobrança da Contribuição de Melhoria, o Fisco Municipal publicará edital contendo os seguintes elementos:

- I - memorial descritivo da obra e seu custo total;
- II - determinação da parcela do custo total a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria;
- III - delimitação da zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis;
- IV - relação dos imóveis localizados na zona de influência, sua área territorial e a faixa a que pertencem;
- V - valor da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel.

Art. 84 Os titulares dos imóveis relacionados na forma do inciso IV do artigo anterior terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do edital, para a impugnação de qualquer um dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

PARTE II
DAS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
TÍTULO I
DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 85 Entende-se por Legislação Tributária, aqui definida, todas as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações jurídicas a eles pertinentes.

Parágrafo único. Constitui normas complementares:

- I - portarias;
- II - instruções normativas;
- III - ordens de serviços;
- IV - convênios firmados com outras instâncias administrativas;
- V - demais atos expedidos pela autoridade administrativa.

Art. 86 A legislação tributária observará:

- I - as normas constitucionais vigentes;
- II - as normas gerais do Direito Tributário estabelecidas no Código Tributário Nacional (Lei Nº. 5172, de 25 de dezembro de 1966) e nas leis complementares ou subseqüentes;
- III - as disposições desta Lei e das leis a ele subseqüentes.

Parágrafo único. O conteúdo e alcance dos decretos e atos normativos restringem-se aos da lei em função da qual sejam expedidos, não podendo:

- I - dispor sobre matéria não tratada em lei;

II - criar tributos, estabelecer alíquotas, nem fixar formas de suspensão, extinção e exclusão de Créditos Tributários;

III - estabelecer agravantes, criar obrigações acessórias, ou ampliar as faculdades do Fisco Municipal.

TÍTULO II
DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DAS MODALIDADES

Art. 87 A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

I - obrigação tributária principal - o pagamento do tributo ou de penalidade pecuniária, surge com a ocorrência do fato gerador e extingue-se juntamente com o crédito decorrente.

II - obrigação tributária acessória - decorre da própria legislação e tem por objeto a prática ou abstenção de atos nela previstos, no interesse do Fisco Municipal.

§ 1º Os contribuintes ou responsáveis facilitarão o lançamento, a cobrança e a fiscalização tributária além de se responsabilizarem pelos seguintes atos fiscais:

I - apresentação de declaração e guias de pagamento;

II - emissão e escrituração de notas e de livros fiscais;

III - comunicação ao órgão fazendário, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da respectiva efetivação, qualquer alteração que gere, modifique ou extinga a obrigação tributária;

IV - manutenção sob sua guarda e apresentação ao fisco, quando solicitado, qualquer documento, que de algum modo se refira a operações ou situações que constituam ou venham a constituir fato gerador de obrigações tributárias ou que sirvam para comprovação da veracidade de elementos consignados em guias e documentos fiscais.

§ 2º A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal relativamente à penalidade pecuniária.

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 88 Fato gerador da obrigação principal é a situação definida nesta Lei como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art. 89 Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária do Município, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Parágrafo único. Considera-se ocorrido o fato gerador desde o momento em que se constituam circunstâncias materiais necessárias para produção de efeitos que normalmente lhe são próprios e definidos dentro do direito aplicável.

SEÇÃO II
DOS SUJEITOS DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 90 Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município de Aparecida é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência privativa, para instituir e arrecadar os seus tributos.

Art. 91 Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa física ou jurídica obrigada nos termos desta Lei, ao pagamento dos tributos e penalidades pecuniárias de competência do Município ou impostas por ele.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal será considerado:

I - contribuinte - quando tiver relação pessoal direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável - quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposições expressas nesta Lei.

Art. 92 Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou abstenção de atos previstos na legislação tributária do Município.

SEÇÃO III DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA

Art. 93 A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

II - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais da administração direta de bens ou negócios;

III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que se configure uma unidade econômica ou profissional.

CAPÍTULO II DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 94 O contribuinte indicará ao Fisco Municipal o seu domicílio tributário, ou seja, o lugar onde desenvolve suas atividades e demais atos que constituam ou venham a constituir obrigação tributária.

§ 1º Na falta da indicação do domicílio tributário pelo contribuinte, considerar-se-á como tal:

I - no caso de pessoa física, a residência habitual ou sendo esta incerta ou desconhecida, a sede habitual de trabalho;

II - no caso de pessoa jurídica de direito privado ou firma individual, o lugar de sua sede;

III - no caso de pessoa jurídica de direito público, qualquer repartição no território do Município.

§ 2º Quando não couber a aplicação das regras previstas em qualquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem a obrigação tributária respectiva.

§ 3º O fisco municipal pode recusar o domicílio eleito pelo contribuinte, quando sua localização impossibilitar ou dificultar a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se neste caso as regras do parágrafo segundo.

Art. 95 O domicílio tributário será consignado obrigatoriamente nas petições, reclamações, requerimentos, recursos, declarações ou quaisquer outros documentos encaminhados ao fisco.

CAPÍTULO III DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA SEÇÃO I DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 96 Os créditos tributários relativos ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, às taxas pela utilização de serviços que gravem os bens imóveis e à contribuição de melhoria subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Art. 97 São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remilente pelos tributos relativos a bens adquiridos ou remidos, sem que tenha havido prova de sua quitação;

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao momento do quinhão do legado ou meação;

III - o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.

IV - a pessoa jurídica de direito privado resultante de fusão, transformação ou incorporação de outra em outra, até a data da ocorrência.

Art. 98 A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir, a qualquer título, estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual, responde pelos tributos devidos até a data do ato, relativos à atividade adquirida:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração da atividade;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 06 (seis) meses, a contar da alienação, no mesmo ou em outro ramo de atividade.

SEÇÃO II DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 99 Nos casos de impossibilidade do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões pelas quais forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por eles;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou diante deles em razão de seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo, só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

Art. 100 São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos ou práticas abusivas ou infração da lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo anterior;

II - os mandatários prepostos e empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

TÍTULO III DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 101 O Crédito Tributário constituído através de lançamento privativo da autoridade tributária, em estrita observação ao disposto nesta Lei, decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Parágrafo único. O Crédito Tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue nos casos expressamente previstos, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei.

Art. 102 Caberá ao Fisco Municipal constituir o Crédito Tributário com objetivo de:

- I - verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;
- II - calcular o montante do tributo devido;
- III - identificar o sujeito passivo;
- IV - propor, no caso de aplicação, a penalidade cabível.

Art. 103 As circunstâncias que modificam o Crédito Tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a eles atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

CAPÍTULO II DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO

Art. 104 O órgão fazendário efetuará o lançamento dos tributos municipais, através de qualquer uma das seguintes modalidades:

I - lançamento de ofício ou direto, quando for efetuado com base nos dados do Cadastro Fiscal, ou apurado diretamente junto ao contribuinte ou responsável, ou a terceiros que disponham desses dados;

II - lançamento por homologação, quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade exercida pelo obrigado, expressamente o homologue;

III - lançamento por declaração, quando efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fiscal informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso II, extingue o Crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento;

§ 2º É de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso II, expirado este prazo, sem que o Fisco se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o Crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 105 A notificação do lançamento e de suas alterações será efetuada por qualquer uma das seguintes formas:

- I - comunicação ou aviso direto;
- II - publicação em órgão oficial do Município ou do Estado;
- III - publicação em órgão da imprensa local;
- IV - qualquer outra forma estabelecida na legislação tributária do Município.

CAPÍTULO III DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 106 Suspendem a exigibilidade do Crédito Tributário:

- I - a moratória;
- II - o depósito de seu montante integral;
- III - as reclamações e os recursos, nos termos definidos na parte desta Lei que trata do Processo

Administrativo Fiscal;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Parágrafo único. A suspensão do Crédito Tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

SEÇÃO II DA MORATÓRIA

Art. 107 A moratória só pode ser concedida:

I - em caráter geral, pelo Prefeito Municipal;

II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei nas condições do inciso anterior.

Parágrafo único. A lei que conceder a moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 108 A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I - o prazo de duração do favor;

II - as condições da concessão do favor em caráter individual;

III - sendo caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Art. 109 Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo único. A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

Art. 110 A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito; no caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

CAPÍTULO IV DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 111 O direito que consiste em a Fazenda Municipal constituir o Crédito Tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado o lançamento anterior efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso de prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do Crédito Tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 112 Extinguem o Crédito Tributário:

I - o pagamento;

II - a compensação;

III - a transação;

IV - a remissão;

V - a prescrição e a decadência;

VI - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, na forma indicada nesta Lei;

VII - a consignação em pagamento, quando julgada procedente;

VIII - a decisão administrativa irreformável que não possa ser objeto de ação anulatória;

IX - a decisão judicial transitada em julgado.

SEÇÃO I DO PAGAMENTO

Art. 113 O pagamento dos tributos será efetuado através de cota única ou de forma parcelada.

Parágrafo único. O pagamento parcelado acarretará na aplicação de taxa de juros de 1% am (um por cento ao mês) e ocorrerá, no máximo, em 12 (doze) parcelas mensais consecutivas.

Art. 114 Nenhum pagamento de tributo será efetuado sem que se expeça a competente guia de arrecadação.

Art. 115 O Pagamento não implica quitação do Crédito fiscal, valendo o recibo como comprovante da importância paga, obrigando-se o contribuinte a responder sobre qualquer diferença apurada.

Art. 116 O Crédito não pago na data do vencimento sujeitará a cobrança de juros de mora de 1% am (um por cento ao mês), sem prejuízo da aplicação de multa e correção monetária previstas nesta Lei.

Art. 117 A cobrança dos tributos far-se-á na forma e nos prazos estabelecidos no Calendário Fiscal do Município, aprovado por Decreto do Executivo até o último dia do exercício anterior.

Parágrafo único. O Calendário Fiscal poderá prever a concessão de descontos por antecipação de pagamento dos tributos de lançamento direto.

Art. 118 Respondem solidariamente pela cobrança a menor do tributo ou da penalidade pecuniária tanto o servidor responsável pelo erro, quanto o contribuinte.

Art. 119 É vedado:

I - o recolhimento da prestação de tributos sem prova de quitação do período anterior, salvo se o débito se encontrar inscrito em dívida ativa ou com parcelamento;

II - receber débito com desconto ou dispensa de obrigação tributária, exceto nos casos de autorização legislativa ou mandado judicial;

III - receber débito de qualquer natureza com dispensa de correção monetária, sem autorização legislativa.

§ 1º A inobservância do disposto nos incisos II e III sujeita o infrator, sem prejuízo das penalidades que lhes forem aplicáveis, a indenizar o Município em quantia igual a que deixou de receber;

§ 2º Se a infração dos incisos II e III decorrer de ordem superior, ficará este solidariamente responsável com o infrator.

Art. 120 O Executivo Municipal poderá, a requerimento do sujeito passivo, conceder novo prazo para pagamento do Crédito Tributário, após o vencimento do prazo fixado anteriormente, observado as seguintes condições:

I - o saldo devedor será corrigido monetariamente, através de índice oficial;

II - o número de prestações não excederá a 12 (doze), e o vencimento será mensal e consecutivo, com taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês, ou fração;

III - o não pagamento de 3 (três) prestações consecutivas acarretará no cancelamento automático do parcelamento, promovendo-se de imediato a inscrição na Dívida Ativa do Município, para imediata cobrança executiva.

Art. 121 O Executivo Municipal poderá, em nome do Município, firmar convênios com empresas do sistema financeiro, com sede ou representação no Município para operacionalizar a cobrança dos tributos.

SEÇÃO II DA RESTITUIÇÃO

Art. 122 O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de seu pagamento quando:

I - a cobrança ou pagamento espontâneo do tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la;

§ 2º A restituição total ou parcial dá lugar ao ressarcimento na mesma proporção, dos juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se os acréscimos referentes a infrações de caráter formal.

§ 3º O imposto não será restituído:

I - quando houver subsequente cessão da promessa ou compromisso ou quando qualquer das partes exercer o direito de arrependimento e já tendo sido lavrada a escritura;

II - ao perdedor do imóvel, em virtude de pacto de retrovenda.

Art. 123 A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação.

Art. 124 O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 119, a partir da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III desse artigo, a partir da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 125 Prescreve em dois anos a ação anulatória de decisão administrativa que delegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso a partir da data da intimação feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 126 O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art. 127 Somente após decisão irrecurável, favorável ao contribuinte, no todo ou em parte, serão restituídas, de ofício, ao impugnante as importâncias relativas ao montante do crédito tributário depositadas na repartição fiscal para efeito de discussão.

Art. 128 A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

Parágrafo único. A não restituição no prazo definido neste artigo implicará, a partir de então, em atualização monetária da quantia em questão e na incidência de juros não capitalizáveis de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor atualizado.

SEÇÃO III DA COMPENSAÇÃO

Art. 129 Fica o Executivo Municipal autorizado a compensar créditos tributários, com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, nas condições e sob as garantias estipuladas em cada caso.

§ 1º Sendo o valor do crédito do contribuinte inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas às normas vigentes;

§ 2º Sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeiras vigentes;

§ 3º Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (um por cento) por mês que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento;

§ 4º O Poder Executivo poderá estabelecer sistemas especiais de compensação, com condições e garantias estipuladas em convênio e em regulamento, quando o sujeito passivo da obrigação for:

- a) empresa pública ou sociedade de economia mista federal, estadual ou municipal;
- b) estabelecimento de ensino;
- c) empresas de rádio, jornal e televisão;
- d) estabelecimentos de saúde.

§ 5º As compensações de crédito a que se referem os itens "b" e "d" do parágrafo anterior somente efetuar-se-ão para benefício dos servidores municipais, ativos e inativos e seus filhos menores ou inválidos, cônjuge e ascendentes sem renda própria para seu sustento.

SEÇÃO IV DA TRANSAÇÃO

Art. 130 Fica O Executivo Municipal autorizado, sob condições e garantias especiais, a efetuar transação, judicial e extrajudiciais, com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante

concessões mútuas, resguardados os interesses municipais, terminar litígio e extinguir o crédito tributário.

Parágrafo único. A transação a que se refere este artigo será proposta pelo Titular da Pasta Municipal de Finanças, pelo Procurador Geral do Município, quando se tratar de transação judicial em parecer fundamentado e limitar-se-á à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos legais referentes à multa de infração, multa de mora, juros e encargos da dívida ativa, quando:

- I - o montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento;
- II - a incidência ou critério de cálculo do tributo for matéria controvertida;
- III - ocorrer erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto à matéria de fato;
- IV - ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público interno;
- V - a demora na solução normal do litígio seja onerosa ou temerária ao Município.

SEÇÃO V DA REMISSÃO

Art. 131 A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo.

- I - à situação econômica do sujeito passivo;
- II - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;
- III - à diminuta importância do crédito tributário;
- IV - a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;
- V - a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no art. 110.

SEÇÃO VI DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

Art. 132 A ação para a cobrança do Crédito Tributário prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição será interrompida:

- I - pela citação pessoal feita ao devedor;
- II - pelo protesto judicial;
- III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 133 Ocorrendo a prescrição e não tendo sido ela interrompida na forma do Parágrafo único do artigo anterior, abrir-se-á inquérito administrativo para apuração de responsabilidade, na forma da legislação aplicável.

Art. 134 Ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do artigo anterior, no tocante à apuração das responsabilidades e a caracterização da falta.

CAPÍTULO V DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 135 Excluem o Crédito Tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela subsequente.

SEÇÃO I DA ISENÇÃO

Art. 136 A isenção é a dispensa de pagamento de tributo, em virtude de disposição expressa neste Código ou em lei a ele subsequente.

Art. 137 A isenção será efetivada:

I - em caráter geral, quando a lei que a conceder não impuser condições aos beneficiários;

II - em caráter individual, por despacho do Prefeito, quando o interessado fizer prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.

§ 1º O requerimento solicitando a isenção do pagamento do tributo será apresentado ao Prefeito antes de extinguir-se o prazo final fixado para o seu respectivo pagamento.

§ 2º O despacho a que se refere este artigo não gera direitos adquiridos, sendo a isenção revogada sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer os requisitos a que se refere o inciso II, cobrando-se o Crédito corrigido monetariamente, acrescido de juros de mora.

§ 3º A isenção será concedida expressamente para determinado tributo, com especificação das condições a que se deve submeter o sujeito passivo, não sendo, porém, salvo disposições em contrário, extensiva às taxas, à contribuição de melhoria e a tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

SEÇÃO II DA ANISTIA

Art. 138 A anistia consiste no perdão da infração e abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concedeu.

§ 1º A anistia não constitui antecedente para efeito de imposição ou graduação de penalidade por outras infrações de qualquer natureza a elas subsequentes, cometidas pelo sujeito beneficiado em processo anterior.

§ 2º Não se aplica aos atos qualificados em lei como crime, contravenção ou conluio ou que tenham sido praticadas com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele.

Art. 139 A anistia poderá ser concedida em caráter geral ou de forma limitada, no tocante:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) à determinada região do território do Município, em função de condições a ela peculiares;

d) ao pagamento do tributo no prazo nela fixado, ou cuja fixação seja por ela atribuída à autoridade administrativa.

§ 1º Só lei específica poderá conceder anistia.

§ 2º A concessão de anistia não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros

de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

PARTE III
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
TÍTULO I
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
CAPÍTULO I
DO CADASTRO FISCAL

Art. 140 O Fisco organizará e manterá atualizado o Cadastro Fiscal do Município, que compreenderá:

- I - Cadastro Técnico Imobiliário; e
- II - Cadastro de Atividades Econômicas.

SEÇÃO I
DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Art. 141 O Cadastro Técnico Imobiliário será constituído de todos os imóveis situados na zona urbana do Município.

Art. 142 Serão obrigatoriamente inscritas no Cadastro Imobiliário Municipal todas as unidades imobiliárias existentes na zona urbana, ainda que beneficiadas por imunidade ou isenção do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

§ 1º Para efeitos tributários, a inscrição de cada unidade imobiliária constituída de terreno com ou sem edificação, será única, não importando o seu uso.

§ 2º Para a caracterização da unidade imobiliária deverá ser considerada a situação de fato do imóvel, coincidindo ou não a da descrição contida no respectivo título de propriedade, domínio ou posse.

§ 3º No caso da não coincidência, o fato será comunicado aos órgãos municipais competentes para as devidas anotações.

Art. 143 A inscrição cadastral da unidade imobiliária será promovida, de forma excludente, na seguinte ordem:

- I - pelo proprietário, pelo titular do domínio útil ou pelo detentor da posse;
- II - pela enfiteuse, usufrutuário, ou fiduciário;
- III - pelo inventariante, síndico, liquidante ou sucessor, nos casos de unidade imobiliária pertencente a espólio, massa falida, liquidada ou sucessora;
- IV - pelo compromissário vendedor ou comprador, quando se tratar de promessa de compra e venda;
- V - pelo ocupante ou posseiro de unidade imobiliária da União, Estados ou Municípios;
- VI - de ofício, através de auto de infração ou pela autoridade administrativa tributária.

§ 1º A inscrição da unidade imobiliária será efetuada através de petição, constando as áreas do terreno e da edificação, o uso, as plantas de situação e localização, o título de propriedade, domínio ou posse e outros elementos exigidos em ato administrativo do Poder Executivo.

§ 2º As alterações relativas à propriedade, ao domínio útil, à posse do imóvel, as características físicas e ao uso serão comunicadas à autoridade administrativa tributária que fará as devidas anotações no Cadastro Imobiliário.

§ 3º O prazo para inscrição cadastral e para comunicação de alterações é de 30 (trinta) dias, a contar do ato ou fato que lhes deu origem.

§ 4º A inscrição de ofício será efetuada se constatada qualquer infração à legislação em vigor, após o prazo para inscrição ou comunicação de alterações no imóvel.

§ 5º A comunicação das alterações na unidade imobiliária por iniciativa do contribuinte se implicar na redução ou isenção do imposto, só será admitida mediante a comprovação do erro em que se fundamentou o lançamento.

§ 6º Toda vez que ocorrer alteração de logradouro promovida pelo poder público, fica o órgão competente obrigado a fazer o lançamento de ofício que passa a vigorar a partir do exercício seguinte, notificando o contribuinte.

Art. 144 Quando o terreno e a edificação pertencerem a pessoas diferentes, far-se-á, sempre, a inscrição em nome do proprietário da edificação anotando-se o nome do proprietário do terreno.

§ 1º Não sendo conhecido o proprietário do imóvel, promover-se-á a inscrição em nome de quem esteja no uso e gozo do mesmo.

§ 2º Quando ocorrer o desaparecimento da edificação, o terreno será lançado em nome do seu proprietário, conservando-se para a área correspondente o mesmo número de inscrição.

§ 3º As retificações de nome do proprietário, em consequência da aplicação do § 1º, poderão ser procedidas mediante prova de propriedade, domínio útil ou a posse do bem imóvel, alvará de licença para construção e outros documentos especificados em regulamento.

Art. 145 As edificações realizadas em desobediência às normas vigentes, serão inscritas e lançadas para efeito de incidência do imposto.

§ 1º A inscrição e os efeitos tributários referidos neste artigo não criam direitos ao proprietário, ao titular do domínio útil ou ao detentor da posse a qualquer título, bem como não excluem o direito do Município de promover a adequação da edificação às normas legais, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

§ 2º Não será fornecido o alvará de "habite-se" enquanto a inscrição ou a anotação das alterações do imóvel no Cadastro Imobiliário não tiver sido providenciada.

Art. 146 Na inscrição da unidade imobiliária será considerado como domicílio tributário:

I - no caso de terreno sem edificações, o que for escolhido e informado pelo contribuinte;

II - no caso de terreno com edificação, o local onde estiver situada a unidade imobiliária ou o endereço de opção do contribuinte.

Art. 147 O cancelamento da inscrição cadastral da unidade imobiliária dar-se-á mediante petição encaminhada pelo contribuinte e será efetuado somente nas seguintes situações:

I - erro de lançamento que justifique o cancelamento;

II - remembramento de lotes em loteamento já aprovado e inscrito, após despacho do órgão competente;

III - remembramento de unidades imobiliárias autônomas inscritas, após despacho do órgão competente;

IV - alteração de unidades imobiliárias autônomas que justifique o cancelamento, após despacho do órgão competente.

Art. 148 Quando ocorrer demolição, incêndio ou qualquer causa que importe em desaparecimento da benfeitoria, ou nos casos de extinção de aforamento, arrendamento ou qualquer ato ou fato que tenha motivado o desmembramento do terreno será mantido o mesmo número da inscrição.

Art. 149 A unidade imobiliária que se limita com mais de um logradouro será lançada, para efeito do pagamento do imposto, pelo logradouro mais valorizado, independentemente do seu acesso.

Art. 150 Os responsáveis por qualquer tipo de parcelamento do solo, ao requerer a inscrição dos lotes no Cadastro Imobiliário, deverão anexar ao pedido a planta da área parcelada e remeter,

mensalmente, ao Órgão de Finanças a relação dos lotes que, no mês anterior, tenham sido alienados ou prometidos a venda, mencionando o nome do adquirente ou compromissário comprador e seu endereço, bem como o nome do logradouro, número da quadra e número métrico linear do lote.

SEÇÃO II DO CADASTRO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Art. 151 O Cadastro de Atividades Econômicas será constituído de todas as pessoas, físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo:

I - que individualmente ou em sociedade exerçam habitual ou temporariamente atividades sujeitas ao imposto sobre serviços;

II - cujo exercício da atividade permanente, intermitente ou temporária dependa de licença prévia da Administração Municipal.

CAPÍTULO II DA FISCALIZAÇÃO

Art. 152 Compete privativamente ao Fisco Municipal, pelos seus órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas tributárias exercida sobre as pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozam de imunidade ou isenção.

Art. 153 Com a finalidade de obter elementos que permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e ainda determinar com precisão a natureza e o montante dos Créditos Tributários, o Fisco Municipal poderá exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que constituam ou possam constituir fato gerador da obrigação tributária.

§ 1º O servidor fiscal, ao realizar os exames necessários, convidará o proprietário do estabelecimento ou representante para acompanhar os trabalhos de fiscalização, ou indicar pessoa que o faça, e, em caso de recusa, lavrará termo dessa ocorrência.

§ 2º A recusa à exibição de produtos, livros ou documentos, faculta ao servidor fiscal lacrar móveis ou depósitos em que presumivelmente estejam guardados, lavrando termo deste procedimento e encaminhando-o à autoridade administrativa para que possa providenciar, junto ao Ministério Público, a exibição judicial.

§ 3º O contribuinte que, sistematicamente, se recusar a exhibir livros e documentos fiscais, embaraçar ou procurar iludir a apuração dos tributos ou de quaisquer atos ou fatos que contrariem a legislação tributária, terá a licença de seu estabelecimento suspensa ou cassada, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Art. 154 No exercício de suas funções, a entrada do servidor fiscal nos estabelecimentos, bem como o acesso a suas dependências internas não estará sujeita à formalidade diversa da sua imediata identificação aos encarregados diretos e presentes ao local.

Art. 155 Encerrados os exames e diligências necessárias para verificação da situação fiscal do contribuinte, o servidor lavrará, sob a responsabilidade de sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, mencionando as datas do início e de término do período fiscalizado e os livros e documentos examinados, concluindo com a enumeração dos tributos devidos e das importâncias relativas a cada um deles separadamente, indicando a soma do débito apurado.

§ 1º O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a infração, ainda que nele não resida o infrator;

§ 2º Ao contribuinte dar-se-á cópia do termo autenticado, contra recibo no original, salvo quando lavrado em livro de escrita fiscal;

§ 3º A recusa do recebimento do termo de infração pelo infrator, que será declarada pelo servidor fiscal, não beneficia nem prejudica o contribuinte;

§ 4º Nos casos de termo lavrado fora do domicílio do contribuinte ou de recusa de seu recebimento, o mesmo será remetido ao contribuinte através dos correios.

Art. 156 Através de ato administrativo serão definidos prazos máximos para a conclusão da fiscalização e diligências previstas na legislação tributária.

Art. 157 O prazo para apresentação da documentação requisitada é de 72 (setenta e duas) horas após a intimação, salvo se ocorrer algum motivo que justifique a não apresentação, o que deverá ser feito por escrito.

Art. 158 A autoridade administrativa da Fazenda Municipal poderá requisitar o auxílio da força pública Federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessárias à efetivação de medida prevista na legislação tributária ainda que não se configure fato definido em lei como ilícitos tributários.

SEÇÃO I DO SERVIDOR FISCAL

Art. 159 Os servidores fiscais, responsáveis pela fiscalização de tributos municipais, esclarecerá ao contribuinte os procedimentos e normas para a fiel observância deste Código, leis e regulamentos fiscais, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao desempenho de suas atividades, podendo, sempre que necessário requisitar da autoridade fiscal, o auxílio e garantias necessárias à execução de seus serviços e diligências indispensáveis à aplicação da lei.

Art. 160 A ação do servidor fiscal poderá estender-se além dos limites do Município, desde que prevista em convênios.

SEÇÃO II DA REPRESENTAÇÃO E DA DENÚNCIA

Art. 161 O servidor municipal ou qualquer pessoa pode representar ou denunciar contra toda ação ou omissão contrária à disposição deste Código e de outras leis ou de regulamentos fiscais.

§ 1º Far-se-á mediante petição assinada a representação ou denúncia, as quais não serão admitidas:

I - por quem haja sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, em relação a fatos anteriores à data em que tenha perdido essa qualidade;

II - quando não vier acompanhada de provas ou não forem indicadas.

§ 2º Serão admitidas denúncias verbais, contra a fraude ou sonegação de tributos, lavrando-se termo de ocorrência, do qual deve constar a indicação de provas do fato, nome, domicílio e profissão do denunciante e denunciado.

SEÇÃO III DO SIGILO FISCAL

Art. 162 Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação para qualquer fim, por parte da Fazenda Municipal ou de seus funcionários de informações obtidas em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira e a natureza e situação dos negócios ou atividades dos contribuintes e demais pessoas naturais ou jurídicas.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo os casos de requisição do Poder Legislativo e de autoridade judicial, no interesse da justiça, os de prestação mútua de assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e de permuta de informações entre os diversos setores da Fazenda Municipal e a União, os Estados e outros Municípios.

Art. 163 Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade fiscal todas as informações disponíveis com relação aos bens de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários da justiça;

II - os bancos e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os inventariantes;

V - os inquilinos e os titulares de usufruto, uso e habitação;

VI - os síndicos;

VII - quaisquer outros que em razão de seu cargo, ou ofício, detenham informações sobre bens e negócios ou atividades de terceiros.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a manter sigilo, em razão do cargo ou atividade que exerce.

CAPÍTULO III DA DÍVIDA ATIVA

Art. 164 Constitui dívida ativa do Município a proveniente de tributos, multas de qualquer natureza, foros, laudêmios, aluguéis, reposições oriundas de contratos administrativos, consistentes em quantia fixa e determinada, depois de decorridos os prazos de pagamento, ou de decididos os processos fiscais administrativos ou judiciais.

§ 1º Não exclui a liquidez do crédito, para os efeitos deste artigo, a fluência de juros.

§ 2º A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pre-constituída.

Art. 165 O termo de inscrição da dívida ativa deverá conter:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a data e o número da inscrição, no registro da dívida ativa;

V - O número do processo administrativo ou fiscal em que se originar o crédito.

§ 1º A certidão da dívida conterá, além dos elementos previstos neste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição;

§ 2º As dívidas relativas ao mesmo devedor, originárias de vários tributos, poderão ser englobadas numa única certidão.

§ 3º A omissão de qualquer dos requisitos enumerados ou o erro a eles relativos são causas de nulidade da inscrição, podendo a autoridade administrativa sanar, de ofício, a irregularidade, mediante a substituição da certidão irregularmente emitida.

Art. 166 Inscrita a dívida e extraídas as respectivas certidões de débito, quando necessárias, serão relacionadas e remetidas ao órgão jurídico para cobrança.

SEÇÃO I DA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

Art. 167 A cobrança de dívida ativa será feita, por via amigável ou judicialmente, através de ação executiva fiscal.

§ 1º A cobrança amigável será feita no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento das certidões, podendo ser prorrogada por igual prazo, pela autoridade dirigente do órgão jurídico.

§ 2º A contar da data do recebimento da intimação de cobrança amigável, o contribuinte terá 10 (dez) dias para quitar o débito.

§ 3º Decorrido o prazo de cobrança amigável, sem a quitação do débito, será imediatamente procedida a cobrança judicial, na forma da legislação federal em vigor.

§ 4º Iniciada a cobrança judicial, não será permitida a cobrança amigável.

Art. 168 As dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que conexas ou conseqüentes, serão acumuladas em um só pedido, glosadas à custa de qualquer procedimento que tenha sido indevidamente ajuizado.

Parágrafo único. A violação deste preceito importa em perda, em favor do Município, de quota e percentagem devidas aos responsáveis.

Art. 169 O órgão jurídico responsável pela cobrança da Dívida Ativa fica obrigado a registrar em livro especial o andamento das execuções fiscais.

Art. 170 Cabe à Procuradoria Geral do Município executar, superintender e fiscalizar a cobrança da dívida ativa do Município.

SEÇÃO II DO PAGAMENTO DA DÍVIDA ATIVA

Art. 171 O pagamento da Dívida Ativa será feito na repartição municipal competente ou em estabelecimento bancário indicado pelo titular do órgão fazendário.

§ 1º O pagamento da dívida poderá ser efetuado antes de iniciada a ação executiva, mediante guia expedida pelo escrivão e visada pela procuradoria jurídica do Município.

§ 2º Iniciada a ação executiva, o pagamento da dívida se fará através de expedição de guias, em 03 (três) vias, com visto do Procurador.

§ 3º As guias terão validade por 03 (três) dias e deverão conter:

I - nome e endereço do devedor;

II - número de inscrição, exercício e período a que se refere;

III - natureza e montante do débito;

IV - acréscimos legais;

V - autenticação.

Art. 172 É vedado à repartição arrecadadora ou a qualquer servidor municipal ou do cartório receber pagamento do débito já inscrito em dívida ativa, sem as respectivas guias de cobrança.

§ 1º A inobservância deste artigo acarretará a responsabilidade do servidor que, direta ou indiretamente, concorrer para o recebimento da dívida, respondendo ainda pelos prejuízos que advirem à Fazenda Municipal;

§ 2º Nenhum débito inscrito poderá ser recebido sem que o devedor pague, ao mesmo tempo, os juros estabelecidos nesta Lei, contados até a data do pagamento do débito.

Art. 173 Após transitar em julgado, considerando o Executivo improcedente a sentença, o procurador responsável pela execução providenciará a baixa de inscrição do débito.

CAPÍTULO IV DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 174 A prova de quitação do débito de origem tributária será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado que contenha todas as informações exigidas pelo Fisco.

§ 1º A certidão será fornecida dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de entrada do requerimento no órgão fazendário, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 2º Havendo débito vencido, a certidão será indeferida e o pedido arquivado, dentro do prazo estipulado neste artigo.

Art. 175 A expedição da certidão negativa não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado.

Art. 176 A certidão negativa expedida com dolo ou fraude responsabiliza pessoalmente o servidor que a expedir.

Art. 177 A venda, cessão ou transferência de qualquer estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços não poderá efetivar-se sem a apresentação da certidão negativa dos tributos a que estiverem sujeitos, sem prejuízo da responsabilidade solidária do adquirente.

TÍTULO II
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
CAPÍTULO I
DOS ATOS INICIAIS
SEÇÃO I
DOS ATOS E TERMOS PROCESSUAIS

Art. 178 Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma determinada, conterão somente o indispensável à sua finalidade, através de folhas numeradas e rubricadas em ordem cronológica de eventos e juntadas, não podendo conter espaços em branco, entrelinhas, emendas, rasuras e borrões não ressaltados.

SEÇÃO II
DOS PRAZOS

Art. 179 Os prazos fluirão a partir da data de ciência e serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo e devem ser praticados os atos.

CAPÍTULO II
DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO

Art. 180 O processo administrativo fiscal terá início com os atos praticados pelos agentes fiscais, especialmente através de:

I - notificação do lançamento;

II - lavratura do auto de infração ou de apreensão de livros ou de documentos fiscais ou quaisquer documentos em uso ou já arquivados.

Art. 181 O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação a obrigações tributárias vencidas.

§ 1º Ainda que haja recolhimento do tributo nesse caso, o contribuinte ficará obrigado a recolher os respectivos acréscimos legais;

§ 2º Os efeitos deste artigo alcançam os demais envolvidos nas infrações apuradas no decorrer da ação fiscal;

§ 3º O contribuinte terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para o atendimento da solicitação, no termo de início de fiscalização, prorrogável por igual período e uma única vez.

SEÇÃO I
DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 182 O agente fiscal ao constatar infração de dispositivo da legislação tributária, lavrará o auto de infração, com clareza e precisão, o qual deverá conter:

I - o local, dia e hora da lavratura;

II - o nome do infrator e das testemunhas se houver;

III - o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, com citação do dispositivo da legislação tributária violado;

IV - a intimação ao infrator para pagamento dos tributos e multas devidas ou apresentar defesa e provas no prazo de 20 (vinte) dias;

V - a assinatura do autuante, a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.

§ 1º As omissões ou irregularidades do auto não importarão em nulidade do processo quando deste constarem elementos suficientes para determinar, com segurança, a infração e o infrator e as falhas não constituírem vício insanável.

§ 2º O processamento do auto de infração terá curso histórico e informativo, com as folhas numeradas e rubricadas, e os documentos, informações e pareceres em ordem cronológica.

§ 3º No mesmo auto de infração é vedada a capilulação de infrações referentes a tributos distintos.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, concluída a ação fiscal, será lavrado um só auto de infração, ainda que o período fiscalizado compreenda mais de um exercício financeiro.

Art. 183 O infrator será notificado da lavratura do auto, mediante entrega pessoal de cópia do auto ao autuado, ou a seu representante legal, contra recibo datado e assinado no original.

Art. 184 A exigência da obrigação tributária principal ou a imposição de penalidades por descumprimento de obrigação acessória, resultantes da ação direta do servidor fiscal, serão sempre formalizadas em auto de infração.

SEÇÃO II DA INTIMAÇÃO

Art. 185 Far-se-á a intimação:

I - pelo autor do procedimento, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto;

II - por via postal ou telegráfica, com prova de recebimento;

III - por edital, publicado em Diário Oficial, quando não for possível a intimação na forma dos incisos anteriores.

Art. 186 Considerar-se-á feita à intimação, inclusive no caso de condenação do Art. 205.

I - na data da ciência do intimado, se pessoal;

II - na data aposta no aviso de recebimento pelo destinatário ou por quem, em seu nome, receba a intimação, se por via postal ou telegráfica;

III - trinta dias após a publicação do edital.

Parágrafo único. Omitida a data no aviso de recebimento, considerar-se-á feita a intimação:

I - quinze dias após sua entrega à agência postal;

II - na data constante do carimbo da agência postal que proceder a devolução do aviso de recebimento, se anterior ao prazo previsto no inciso I deste parágrafo.

Art. 187 A intimação conterá obrigatoriamente:

I - a qualificação do intimado;

II - a finalidade da intimação;

III - o prazo e o local para seu atendimento;

IV - a assinatura do funcionário, a indicação do cargo ou função e o número da matrícula.

Art. 188 O contribuinte que não concordar com o lançamento ou sua alteração poderá reclamar, por petição, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da notificação.

§ 1º A reclamação terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados;

§ 2º Apresentada à reclamação, o responsável pelo lançamento ou sua alteração a contestará, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que receber o processo, podendo, em caso de impedimento, ser designado outro servidor;

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a criar e disciplinar as reclamações simplificadas, cuja tramitação processual terá rito sumaríssimo.

SEÇÃO III DA RECLAMAÇÃO E DA DEFESA

Art. 189 O autuado apresentará defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da intimação.

§ 1º A defesa será apresentada por petição, no órgão por onde correr o processo, mediante comprovante de entrega;

§ 2º Na defesa, o autuado alegará de uma só vez a matéria que entender útil, indicando ou requerendo as provas que pretender produzir, desde logo, as que possuir;

§ 3º Decorrido o prazo referido no caput, sem que o autuado tenha apresentado defesa, será considerado revel, lavrando-se o termo de revelia;

§ 4º Se o autuado solicitar prorrogação de prazo para a defesa, poderá tê-lo por mais 20 (vinte) dias, desde que o faça dentro do estipulado neste artigo.

Art. 190 Apresentada a defesa, terá o autuante o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento do processo, para contestação, o que fará na forma do § 2º do artigo anterior, cabendo à Administração Tributária, o controle do prazo, implicando em responsabilidade civil o dano causado à Fazenda Municipal por dolo ou culpa.

Parágrafo único. Em caso de impedimento ou perda do prazo pelo autuante, para efetuar a contestação, a Administração Tributária determinará outro servidor fiscal para efetuar-la.

Art. 191 Na reclamação ou defesa, apresentada ao Fisco mediante protocolo, o sujeito passivo alegará toda a matéria que entender útil, indicará e requererá às provas que pretenda produzir, juntará as que tiverem e, sendo o caso, arrolará, no máximo, até 3 (três) testemunhas.

Art. 192 Apresentada a reclamação ou a defesa, os funcionários que praticaram os atos, ou outros especialmente designados no processo, terão o prazo de dez dias para impugná-la.

Art. 193 A apresentação da reclamação ou da defesa instaura a fase litigiosa do processo administrativo fiscal.

Art. 194 Expirado o prazo para contestação, o processo será concluso à autoridade julgadora que ordenará as provas requeridas pelo autuante e autuado, exceto as consideradas inúteis ou protelatórias, determinando a produção de outras que entender necessárias e fixando os prazos em que devam ser produzidas.

§ 1º Tanto o atuante como o atuado poderá participar das diligências, devendo ser intimados em caso de perícia requerida, cujas alegações apresentadas constarão do termo da diligência.

§ 2º Não havendo provas requeridas, ou produzidas, está encerrada a instrução e o processo será encaminhado à autoridade julgadora.

Art. 195 Lavrar-se-á termo complementar ao auto de infração, por iniciativa do atuante, ou por determinação da autoridade administrativa ou julgadora, sempre após a defesa, para suprir omissões ou irregularidades que não constituam vícios insanáveis, intimando-se o atuado para apresentar nova defesa.

Art. 196 Dentro do prazo para defesa ou recurso, será facultado, ao atuado ou seu mandatário, vistas ao processo, no recinto da repartição.

§ 1º Os documentos que instruírem o processo poderão ser restituídos, em qualquer fase, a requerimento do sujeito passivo, desde que a medida não prejudique a instrução e deles fique cópia autenticada no processo.

§ 2º Os processos em tramitação no Fisco Municipal poderão ser retirados pelo advogado do atuado, com procuração nos autos, assinalando-se o prazo de 10 (dez) dias para a sua devolução.

CAPÍTULO III DA DECISÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 197 Findo o prazo para a produção de provas, o processo será apresentado à autoridade julgadora, que proferirá decisão em dez dias ou em 30 (trinta) dias se ocorrer a hipótese do § 1º.

§ 1º Não se considerando ainda habilitada a decidir, a autoridade julgadora poderá converter o processo em diligência, determinando novas provas, ou submetê-lo a parecer jurídico ou técnico fiscal.

§ 2º Os processos que não forem decididos nos prazos estabelecidos serão objeto de comunicação ao Titular da Pasta de Finanças, no prazo de 10 (dez) dias, pela autoridade julgadora, justificando o retardamento processual.

§ 3º A autoridade fiscal poderá avocar os processos para decidí-los, se não cumpridos os prazos previstos no caput.

§ 4º Mensalmente, a autoridade julgadora remeterá ao titular da pasta de finanças a relação dos processos recebidos, em fase de julgamento e decididos.

Art. 198 A decisão será proferida por escrito, com simplicidade e clareza, concluindo objetivamente pela procedência ou improcedência total ou parcial do processo fiscal, expressamente definidos os seus efeitos em qualquer caso.

§ 1º As conclusões da decisão serão comunicadas ao contribuinte, através da remessa de cópia dos termos e publicação de ementa no semanário oficial.

§ 2º Não sendo proferida a decisão nos prazos previstos no "caput" do artigo anterior o atuante ou o atuado poderão requerer à autoridade do fisco Municipal a adoção do § 3º desse artigo.

Art. 199 O prazo para o pagamento da condenação é de 30 (trinta) dias, a contar da sua publicação no semanário oficial, findo o qual o débito será inscrito em dívida ativa, salvo em casos de interposição de recursos.

CAPÍTULO IV DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 200 Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário para o Chefe do Executivo, interposto, no prazo de vinte (20) dias, contados da data da ciência da decisão pelo atuado ou reclamante, nas reclamações contra lançamento.

Art. 201 É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferida em um único processo fiscal.

Art. 202 Proferida a decisão do julgamento do recurso e, sendo considerado perdedor o recorrente, será esse intimado, tendo o prazo de dez (10) dias, a contar da intimação, para pagamento da condenação, findo o qual será o débito inscrito na Dívida Ativa e encaminhado imediatamente ao Setor Jurídico do Município, para o ajuizamento da cobrança judicial.

Art. 203 A decisão concluirá pela procedência ou improcedência do ato praticado pelo órgão ou agente fiscal, definindo expressamente os seus efeitos, num ou noutro caso.

Art. 204 Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, cessando com a interposição do recurso da autoridade de primeira instância.

Art. 205 É assegurado às partes ou a terceiros o direito de obter certidões definitivas em processos fiscais, desde que comprovem legítimo interesse.

CAPÍTULO V DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FINAIS

Art. 206 As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela notificação do sujeito passivo e, quando for o caso, também do seu fiador para, no prazo de dez dias, satisfazer ao pagamento do valor da condenação;

II - pela notificação ao sujeito passivo para receber, ou quando for o caso, pagar, no prazo de dez dias, a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia de instância;

III - pela imediata inscrição como dívida ativa e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos a que se referem os incisos anteriores, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

TÍTULO III DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 207 Constituem infração a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe inobservância, por parte do sujeito passivo ou de terceiros, das normas estabelecidas pela legislação tributária do Município.

Parágrafo único. O regulamento e os atos administrativos não poderão definir infrações ou cominar penalidades que não estejam autorizadas ou previstas em lei.

Art. 208 Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:

I - multa de mora;

II - multa de infração;

III - juros de mora;

IV - correção monetária;

V - taxa referencial - TR.

Art. 209 Os que, antes do início de qualquer procedimento fiscal administrativo, procurarem espontaneamente a repartição fiscal competente, para sanar irregularidades, serão atendidos independentemente de penalidades, salvo se tratar de falta de lançamento ou recolhimento de tributos.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento fiscal administrativo relacionado com a infração.

CAPÍTULO I DAS MULTAS

Art. 210 A multa de mora será aplicada quando o recolhimento do débito não ocorrer até o vencimento estabelecido pelo calendário fiscal e será calculada à base 2% (dois por cento) sobre o valor do tributo.

Art. 211 A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte pela não observância ao disposto na legislação tributária, assim definida:

I - 1,2 Unidades de Valor Padrão do Município, pela falta do livro de Registro do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e a devida escrituração e autenticação pela autoridade competente;

II - 2,5 Unidades de Valor Padrão do Município aos contribuintes que deixarem de efetuar, na forma e prazos regulamentares, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais ou encerramento de atividades, quando a infração for apurada através de ação fiscal ou denunciada após o seu início;

III - 2,5 Unidades de Valor Padrão do Município aos contribuintes que promoverem alterações de dados cadastrais ou encerramento de atividades, quando ficar evidenciado não ter ocorrido as causas que ensejaram o fato;

IV - 5 Unidades de Valor Padrão do Município, por infrações relativas à fraude, adulteração, extravio ou inutilização de livros fiscais;

V - 2 Unidades de Valor Padrão do Município aos que se recusarem à exibição de livros e documentos fiscais, embarçarem a ação fiscal, ou sonegarem documentos para apuração do preço do serviço ou da fixação da estimativa;

VI - 2 Unidades de Valor Padrão do Município aos que, obrigados ao pagamento do imposto, deixarem de emitir, ou o fizerem com importância diversa do valor do serviço;

VII - 4 Unidades de Valor Padrão do Município aos que, não tendo efetuado o pagamento do imposto correspondente, emitirem, para operações tributáveis, documento fiscal referente a serviços não tributáveis ou isentos e, aos que, em proveito próprio ou alheio, utilizarem-se desses documentos para produção de qualquer efeito fiscal.

VIII - 30% (trinta por cento) do valor do tributo corrigido pela:

a) não retenção do tributo na fonte, quando obrigatória;

b) declaração, após o prazo, porém dentro do mês de vencimento do imposto.

IX - 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo corrigido, pela falta de declaração após o primeiro dia do mês seguinte ao do vencimento do imposto;

X - 100% (cem por cento) do tributo corrigido pela retenção na fonte sem o recolhimento à fazenda Municipal e sonegação verificada em face de documento, exame da escritura mercantil e/ou fiscal ou elementos de qualquer natureza que a comprove.

§ 1º Na reincidência de infração decorrente de obrigação acessória, a multa será aplicada em dobro.

§ 2º No concurso de infrações, as penalidades são aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

§ 3º O valor da multa será reduzido em 20% (vinte por cento) e o respectivo processo arquivado se o infrator, no prazo previsto para a interposição de recurso voluntário, efetuar o pagamento do débito exigido na decisão de primeira instância.

LISTA DE SERVIÇOS – ANEXO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº. 116/2003

Descrição dos serviços	
1	Serviços de informática e congêneres.
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.
1.02	Programação.
1.03	Processamento de dados e congêneres.
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
1.06	Assessoria e consultoria em informática.
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
3.01	(Velado).
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
3.04	Locação, sublocação, arrendamento direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
4.01	Medicina e biomedicina.
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
4.04	Instrumentação cirúrgica.
4.05	Acupuntura.
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
4.07	Serviços farmacêuticos.
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
4.10	Nutrição.
4.11	Obstetrícia.
4.12	Odontologia.
4.13	Orlópica.
4.14	Prótese sob encomenda.
4.15	Psicanálise.
4.16	Psicologia.
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
4.18	Inseminação artificial fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.
4.19	Bancos de sangue, leite, peles, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.
5.04	Inseminação artificial, fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeita ao ICMS).
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
7.04	Demolição.
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimento de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
7.08	Calafetagem.
7.09	Varição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza, e de agentes físicos, químicos e biológicos.
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
7.14	(Velado).
7.15	(Velado).
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
7.17	Escaramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagoas, lagoas, represas, açudes e congêneres.
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, balimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, lestemunhagem, pesca, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução,

	treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
9	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service , suíte service , hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e garjeta, quando incluído no preço da diária fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
9.03	Guias de turismo.
10	Serviços de intermediação e congêneres.
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores imobiliários e contratos quaisquer.
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
10.06	Agenciamento marítimo.
10.07	Agenciamento de notícias.
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação, por quaisquer meios.
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
10.10	Distribuição de bens de terceiros.
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
12.01	Espectáculos teatrais.
12.02	Exibições cinematográficas.
12.03	Espectáculos circenses.
12.04	Programas de auditório.
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.
12.07	Shows , balet , danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.
12.09	Billhars, boliches e diversões eletrônicas ou não.
12.10	Corridas e competições de animais.
12.11	Competições esportivas ou destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
12.12	Execução de música.
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows , balet , danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows , concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia, e reprografia.
13.01	(Velado).

13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive truçagem, dublagem, mixagem e congêneres.
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, truçagem e congêneres.
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.
13.05	Composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia.
14	Serviços relativos a bens de terceiros.
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.02	Assistência técnica.
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas que ficam sujeitas ao ICMS).
14.04	Recapulagem ou regeneração de pneus.
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
14.07	Colocação de molduras e congêneres.
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
14.10	Tinturaria e lavanderia.
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
14.12	Funilaria e lanternagem.
14.13	Carpintaria e serralheria.
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firma; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio ou recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão de termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.
16	Serviços de transporte de natureza municipal.
16.01	Serviços de transporte de natureza municipal.
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
17.07	(Vetado).
17.08	Franquia (franchising).
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
17.13	Leilão e congêneres.
17.14	Advocacia.
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
17.16	Auditoria.
17.17	Análise de Organização e Métodos.
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
17.21	Estatística.
17.22	Cobrança em geral.
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadoria, logística e congêneres.
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
22	Serviços de exploração de rodovia.
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, "banners", adesivos e congêneres.
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, "banners", adesivos e congêneres.
25	Serviços funerários.
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquife; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores; coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros e adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
25.03	Planos ou convênio funerários.
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.
27	Serviços de assistência social.
27.01	Serviços de assistência social.
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
29	Serviços de biblioteconomia.
29.01	Serviços de biblioteconomia.
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química.
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
32	Serviços de desenhos técnicos.
32.01	Serviços de desenhos técnicos.
33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
36	Serviços de meteorologia.
36.01	Serviços de meteorologia.
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
38	Serviços de museologia.
38.01	Serviços de museologia.
39	Serviços de ourivesaria e lapidação.
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
40.01	Obras de arte sob encomenda.

Marizópolis, Paraíba, 31 de dezembro de 2008; 14º da Emancipação e 120º da República.


ALEXCIANA VIEIRA BRAGA
Prefeita Municipal

TABELA I
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU
(ALÍQUOTA PERCENTUAL SOBRE O VALOR VENAL DOS IMÓVEIS)

IMÓVEIS		
Residenciais	Não Residenciais	Não Edificados
0,6	0,8	1,0

Nota: Os imóveis edificados de utilização mista serão classificados como não residenciais.

TABELA II
TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

As taxas de licença para funcionamento serão calculadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$TLF = FNE \times AE \times FC, \text{ onde:}$$

TLF = Taxa de Licença de funcionamento;

FNE = Fator de correção do valor pela natureza do empreendimento;

AE = Fator de correção do valor pela área construída do estabelecimento;

FC = Fator Constante, Unidade de Valor Padrão do Município - UVPM.

Essa fórmula constitui o instrumento técnico-tributário para implantar níveis tributários mais justos, em função da capacidade e da situação sócio-econômico do contribuinte.

FATOR DE CORREÇÃO PELA NATUREZA DO EMPREENDIMENTO

	Descrição	UVPM p/ano
01	Bancos, instituições financeiras, entidades vinculadas ao sistema financeiro, administradores de cartões de crédito, construção civil e atividades afins, planos de saúde em geral; casas lotéricas e vendas de bilhetes de loterias; postos bancários, inclusive caixas automáticos.	3,5
02	Agência de automóveis, locação de veículos, máquinas e equipamentos, instalação e montagem de máquinas e equipamentos, Vigilância e transportes de valores, limpeza e/ou conservação, colocação de mão-de-obra, montagem industrial, exploração/extração de matérias-primas; Indústria de cerâmica; fábricas de tijolos e semelhantes. Beneficiamento de cereais. Construtoras.	2,8
03	Laboratórios de análises clínicas, estabelecimentos hospitalares, clínicas veterinárias, florestamento e reflorestamento, assessoria e projetos técnicos em geral, propaganda e publicidade, hotéis, moléis, pousadas e pensões, informática e processamento de dados, fornecimento de sinal de internet e semelhantes; agenciamento e corretagem em geral e administradora de bens.	2,2
04	Comércio atacadista, Postos de combustíveis, lavagem, lubrificação e troca de óleo, Comércio varejista botijões de gases e liquefeitos.	3,0
05	Concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, depósitos em geral;	2,6
06	Academia de ginástica e estética,	1,8
07	Venda de móveis e eletrodomésticos;	2,0
08	Escritórios ou consultórios de profissionais liberais, nível superior;	2,0
09	Consertos de veículos e peças, sucatas em geral. Serralharia.	1,4
10	Funerárias.	1,5
11	Estúdios fotográficos, fonográficos e cinematográficos, locação de bens imóveis; Conserto e reparação de aparelhos elétricos e eletrônicos; Escritórios ou consultórios de profissionais liberais, nível médio;	1,4
12	Butiques, bares e congêneres.	1,8
13	Diversões públicas em caráter temporário (circos e parques de diversão), ao mês ou fração. Quadras e Festas Dançantes, Execução de som.	1,8

CA/B

14	Salões de embelezamento pessoal; estabelecimento de profissional liberal, artesanal;	1,6
15	estabelecimento de ensino (colégios, cursos preparatórios etc.); diversões públicas (clubes, cinemas e boites, etc.)	1,4
16	rádio, jornal e televisão, consórcios ou fundos mútuos em geral.	1,5
17	Vendas de material hidráulico, elétrico, eletrônico e de construção, mercadinho, frigoríficos, farmácias e drogarias, panificadoras; Comercio Varejistas Estivas e Cereais e armazinhos; Venda de frutas e verduras	1,6
18	Organizações religiosas e de associações;	1,3
19	Lan House, locadoras de video e materiais de entretenimento e video Game	1,4
20	Condução autônoma de passageiros:	
20.1	Transportes de Passageiros, por unidade:	
	a) Taxi;	3,0
	b) Moto táxi;	1,0
	c) Ônibus escolar;	4,0
	d) Peruas e similares para transporte de passageiros e estudantes.	5,0
20.2	Transportes para fretes e carretos, por tara:	
	a) Até 1000 kg	4,0
	b) De 1001 até 2.000 Kg	5,0
	c) Acima de 2.000 Kg	6,0
21	Bomboniéres e cigarreiras	1,4
22	Barbearias, cabeleiros, botecos, borracharias, sorveterias e lanchonetes.	1,4
23	Atividades não previstas nos itens acima.	1,8

FATOR DE CORREÇÃO PELA ÁREA CONTRUÍDA

ÁREA DO ESTABELECIMENTO	Fator área do estabelecimento (AE)
a) até 20,00 m ²	0,8
b) de 20,01 a 30,00 m ²	1,0
c) de 30,01 a 40,00 m ²	1,2
d) de 40,01 a 50,00 m ²	1,4
e) de 50,01 a 70,00 m ²	1,6
f) de 70,01 a 100,00 m ²	1,8
g) de 100,01 a 150,00 m ²	2,2
h) de 150,01 a 200,00 m ²	2,4
i) de 200,01 a 250,01 m ²	2,6
j) acima de 250,01 m ²	2,8

TABELA III
TAXA DE LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DE ANÚNCIOS E PUBLICIDADE

	Descrição	UVPM
01	Publicidade através de anúncios, letreiros, placas indicativas de profissão, arte ou ofício, distintivos, emblemas semelhantes, colocados na parte externa de prédios, por metro quadrado por mês ou fração;	0,2
02	Publicidade na parte externa de veículos, por metro quadrado, por mês ou fração;	0,3
03	Publicidade em prospecto, por espécie distribuída;	0,5
04	Exposição de produtos ou propaganda feita em estabelecimentos de terceiros ou em locais de frequência pública, por mês, por espécie;	0,4
05	Publicidade através de "out door", por exemplar, por mês ou fração;	0,5
06	Publicidade através de alto-falante em prédios, por mês ou fração;	0,3
07	Publicidade através de alto-falante em veículos, por mês ou fração e por veículos;	0,4

TABELA IV
TAXA DE LICENÇA PARA UTILIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS

	Descrição	UVPM
--	-----------	------

Handwritten signature

01	Espaço ocupado por balcões, barracas e mesas nas vias e logradouros públicos, por m ² de ocupação de área, durante os festejos populares, por dia.	0,5
02	Barracas com atividades de bar e restaurante (trayler, quiosque, por semana ou fração).	0,2
03	Barracas com atividades de jogos e sorteios permitidos, por semana ou fração.	0,2
04	Ocupação nas feiras: a) bancos móveis, por metro linear ou fração, por semana; b) compartimento, galpões ou barracas de alvenaria, por m ² , ou fração, por mês; c) mercadorias diversas colocadas diretamente no solo, por m ² , ou fração, por semana; e) açougues e boxes pertencentes ao patrimônio municipal, por semana.	0,2 0,2 0,2 0,1
05	Uso de currais ou parques de exposição para venda e troca de animais, por unidade: - caprinos, ovinos e suínos; - muares; - eqüinos e bovinos.	0,5 0,7 0,7
06	Uso de áreas públicas por veículos para atividades mercantis, por m ² , e por dia.	0,5
07	Solo ocupado por postes das concessionárias de serviços públicos; de Empresa distribuidora de eletricidade e de telefonia (unidade-anual): a) Postes localizados no Bairro do Centro b) Postes localizados nas demais áreas urbanas c) Postes localizados nas áreas rurais d) Telefone Público	0,6 0,45 0,3 0,5
08	Solo ocupado por mobiliário ou equipamento diversos dos serviços de telefonia	0,5
09	Rede aérea de telefonia, de distribuição de energia elétrica ou de qualquer outro uso do espaço aéreo (preço por metro linear).	0,025
10	Rede, no subsolo, de telefonia, ou de qualquer outro tipo de serviço prestado ao público (preço por metro linear).	0,025
11	Uso do solo por dutos para outros fins diversos, exceto os dos itens anteriores (preço por metro linear).	0,025

Marizópolis, Paraíba, 31 de dezembro de 2008; 14º da Emancipação e 120º da República.


ALEXCIANA VIEIRA BRAGA
Prefeita Municipal

	b) Autenticação de plantas fornecidas para o interessado	0,30
11	Visto de abertura ou encerramento em livros fiscais e outros documentos	0,35
12	Autorização para confecção de talões de Nota Fiscal de Serviços (por talão)	0,65
13	Autenticação de livros de prestação de serviços e talões de Nota Fiscal:	
	a) por livro	0,35
	b) por talão	0,35
14	Certidão Narrativa	1,0
15	Memorial Descritivo	2,0
16	Alvará de "Aceite-se"	1,4
17	Vistoria Local a análise de documentos	1,0

Marizópolis, Paraíba, 31 de dezembro de 2008; 14º da Emancipação e 120º da República.


ALEXCIANA VIEIRA BRAGA
 Prefeita Municipal

TABELA VIII
TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

	Descrição	UVPM
1	Apreensão, depósito e liberação de animais, por unidade, ao dia. - caprinos, ovinos e suínos; - asininos, eqüinos, muares e bovinos.	0,5 0,3
2	Abate de animais, inclusive transporte, por unidade:	
2.1	caprinos e ovinos	0,3
2.2	suínos	0,4
2.3	Bovinos	0,5
3	Demarcação, alinhamento e nivelamento de imóveis, por metro linear de testada.	0,5
4	Cemitérios	
4.1	Inumação/por unidade	
4.1.1	Em sepultura rasa: - adulto - infante	0,5 0,3
4.1.2	Em carneiro - adulto - infante	0,7 0,5
4.2	Aquisição de terreno para construção de túmulo, por m²:	2,0
4.4	Exumação/por unidade	
4.4.1	- antes de vencido o prazo regular de decomposição	2,5
4.4.2	- depois de vencido o prazo regular de decomposição.	1,5
5	Utilização de Próprios Municipais, por mês:	
5.1	- até 20 m²;	1,0
5.2	- de 20 até 50 m²	2,0
5.3	- acima de 50 m²	4,0
6	Registro de ferros para animais	1,0

Marizópolis, Paraíba, 31 de dezembro de 2008; 14º da Emancipação e 120º da República.


ALEXCIANA VIEIRA BRAGA
 Prefeita Municipal